

educação infantil

O projeto político-pedagógico



PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Ronaldo Tadeu Pena
Reitor

Heloisa Maria Murgel Starling
Vice-Reitora

Pró-Reitoria de Graduação

Mauro Mendes Braga
Pró-Reitor

Carmela Maria Polito Braga
Pró-Reitora Adjunta

Maria do Carmo Vila
Coordenadora do Centro de Apoio à Educação a Distância

Ione Maria Ferreira de Oliveira
Coordenadora da UAB UFMG

Faculdade de Educação

Antônia Vitória Soares Aranha
Diretora

Orlando Gomes de Aguiar Júnior
Vice-Diretor

Curso de Pedagogia UAB-UFMG

Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben
Coordenadora Geral

Tânia Margarida Lima Costa
Vice-Coordenadora Geral

Sérgio Dias Cirino
Coordenador do Eixo Integrador

Fátima Regina Teixeira de Salles Dias
Mara Vasconcelos
Vitória Líbia Barreto de Faria

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben
Tânia Margarida Lima Costa
(organizadoras)

Belo Horizonte
CURSO DE PEDAGOGIA UAB UFMG
FAE/UFMG
2009

ORGANIZADORAS Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben
Tânia Margarida Lima Costa

ASSESSORA PEDAGÓGICA Elza Vidal de Castro

REVISORA Maria Ribeiro dos Santos

PRODUTOR EDITORIAL Marcos Alves
Projeto Gráfico, Diagramação e Capa

© 2009, Os autores e organizadores

© 2009, Curso de Pedagogia UAB UFMG

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita do editor.

Ficha Catalográfica

D541p Dias, Fátima Regina Teixeira de Salles.
Projeto político-pedagógico na educação infantil /
Fátima Regina Teixeira de Salles Dias, Mara Vasconcelos,
Vitória Líbia Barreto de Faria; Ângela Imaculada Loureiro
de Freitas Dalben, Tânia Margarida Lima Costa
(Organizadoras).
-- Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2009.
56 p. : il. -- (Educação infantil. O projeto político-
pedagógico)

Obra produzida para o curso de Pedagogia da
Universidade Aberta da UFMG.
ISBN: 978-85-99372-71-5

1. Educação de crianças. 2. Ensino - Currículos.
I. Vasconcelos, Mara. II. Faria, Vitória Líbia Barreto de.
III. Dalben, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. IV. Costa,
Tânia Margarida Lima. V. Título. VI. Série.

CDD: 372
CDU: 372

Elaborada pela DITTI – Setor de Tratamento da Informação
Biblioteca Universitária da UFMG

FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG
Curso de Pedagogia UAB UFMG
Av. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha
31270-901 - Belo Horizonte-MG
Tel. 31 3409-4427

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

AUTORAS

Fátima Regina Teixeira de Salles Dias

Psicóloga pela UFMG e Especialista em Educação Infantil; Integrante do Núcleo de Estudos Infância e Educação Infantil da FaE/UFMG; coordenou o Programa Emergencial de Habilitação de Professores de Educação Infantil, organizado por várias universidades mineiras e foi consultora do Programa de Formação Inicial de Professores em Exercício na Educação Infantil - Proinfantil - do MEC; autora de várias publicações na área de Educação Infantil, tendo lançado recentemente o livro “Currículo na Educação Infantil” - Editora Scipione; organizadora e autora da Coleção Infância e Adolescência - Editora UFMG/PROEX; atua como consultora junto a instituições públicas, privadas e a órgãos públicos de educação.

Mara Vasconcelos

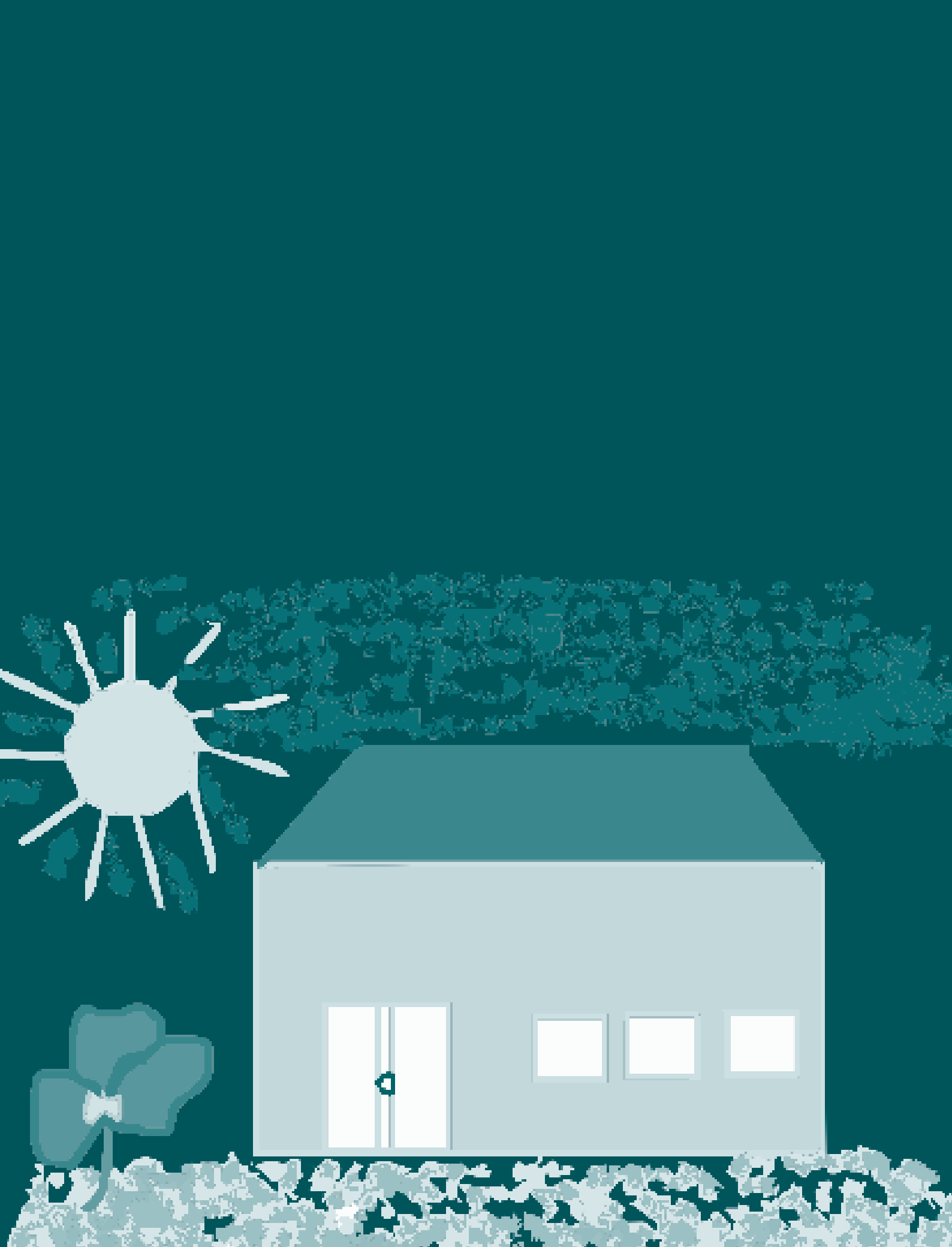
Doutora em Odontologia - UFF e Mestre em Educação - UFMG; Professora da Faculdade de Odontologia - UFMG; autora da publicação Saúde da Criança, da Coleção Infância e Adolescência - Editora UFMG/PROEX e do módulo sobre Saúde, do Programa de Formação Inicial de Professores em Exercício na Educação Infantil –Proinfantil - do MEC. Participante de programas de formação em saúde de profissionais da Educação Infantil.

Vitória Líbia Barreto de Faria

Mestre em Educação - UFMG; foi consultora do MEC, tendo participado da edição de conteúdos da Revista Criança e da coordenação e elaboração do material didático do Programa de Formação Inicial de Professores em Exercício na Educação Infantil - Proinfantil/MEC; autora de várias publicações na área de Educação Infantil, tendo lançado recentemente o livro “Currículo na Educação Infantil” - Editora Scipione; atua como consultora junto a instituições públicas, privadas e a órgãos públicos de educação.

EMENTA

Concepção, elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político Pedagógico (PPP). Elementos que constituem o PPP. Organização do trabalho nas Instituições de Educação Infantil: currículo, tempos, espaços, materiais, ambiente, agrupamento de crianças, metodologias e instrumentos de trabalho do professor. Gestão institucional: organização dos profissionais, trabalho com a família, articulação com a comunidade com o Ensino Fundamental.



● ● ● ● ● ● **SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO	9
1. CONCEPÇÃO DE PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO	10
2. NORMAS E REFERÊNCIAS PARA O PPP DA EDUCAÇÃO INFANTIL	12
3. ELEMENTOS DO PPP DA IEI	14
3.1 História da Instituição e do PPP	14
3.2 Contexto sociocultural da Instituição	15
3.3 Concepções norteadoras do trabalho	15
3.4 Finalidades e objetivos	16
3.5 Organização e gestão do trabalho	19
3.5.1 Organização dos eixos e aspectos a serem trabalhados: o currículo	19
3.5.2 Organização dos tempos	23
3.5.3 Organização dos espaços, equipamentos e materiais	25
3.5.4 Organização das crianças - agrupamentos	28
3.5.5 Organização das metodologias	29
3.5.6 Organização dos instrumentos de trabalho	32
3.5.7 Organização dos profissionais - condições de trabalho	36
3.5.8 Organização do trabalho com a família e a comunidade ..	37
3.5.9 Articulação da Educação Infantil com o Ensino Fundamental	39
3.5.10 Formas de gestão institucional	39
5. CONCLUSÃO	41
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42
ORIENTAÇÃO DE ESTUDO	46
ESTUDO COMPLEMENTAR	53





INTRODUÇÃO

A elaboração de um Projeto Político-Pedagógico- PPP- envolvendo professores e toda a comunidade escolar é fundamental na consolidação de uma proposta de escola democrática. Sua construção, com a participação de toda a comunidade escolar, pode promover a qualidade do ensino em uma instituição educativa.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, reconhecendo a importância para o ensino de projetos assim elaborados, incumbiu as instituições escolares de elaborarem suas propostas pedagógicas, com a participação dos professores. Como as creches e pré-escolas, nesse contexto, foram caracterizadas como instituições educativas, compondo a primeira etapa da Educação Básica e devendo se integrar aos sistemas de ensino, essa exigência legal passou também a lhes dizer respeito.

Tal medida representa, sem dúvida, um grande avanço para a área da Educação Infantil, pois a existência de um Projeto Político-Pedagógico pode contribuir para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade nessas instituições. Entretanto, para que essa exigência se efetive como uma verdadeira conquista, é preciso que creches e pré-escolas se responsabilizem por sua concretização.

Assim sendo, nosso objetivo neste texto é discutir as especificidades de um PPP para instituições de Educação Infantil, as condições para sua elaboração, implementação e avaliação, bem como as normas e referências específicas que orientam essa elaboração. Pretendemos, sobretudo, discutir os elementos que devem constituir o PPP de uma Instituição de Educação Infantil - IEI.

1. CONCEPÇÃO DE PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Podemos compreender a elaboração de um Projeto Político-Pedagógico como a busca de *construção da identidade*, de organização e gestão do trabalho de cada instituição educativa. Ele reconhece e legitima a instituição educativa como histórica e socialmente situada, constituída por sujeitos culturais que se propõem a desenvolver uma ação educativa, a partir de uma *unidade de propósitos*, na qual se compartilham crenças, desejos, valores, concepções. Esses aspectos definem seus princípios e vão delineando, num processo de avaliação contínua e marcado pela provisoriidade, metas, objetivos, formas de organização e ações. É um documento de *compromisso* uma vez que sua elaboração e acompanhamento prevêem a participação de toda a comunidade escolar. Em se tratando de uma produção coletiva, o grupo que o elaborou deve se comprometer a desenvolvê-lo, atendendo às metas ali registradas.

A partir dessa definição, podemos elaborar um significado para *Projeto Político-Pedagógico de Educação Infantil*, entendendo-o como a busca de identidade, de organização e gestão do trabalho de cuidar e educar crianças de 0 a 6 anos, em creches e pré-escolas. Uma vez que esse nível educacional se organiza de forma complementar à ação da família e da comunidade, essas instituições devem criar canais que possibilitem a participação de todos - profissionais, pais e crianças - na elaboração, implementação e avaliação dos projetos, comprometendo-se, também, com o que está ali documentado.

Embora apenas recentemente tenham sido definidas normas para a elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos das instituições de Educação Infantil, as creches e pré-escolas existentes já vinham organizando esse trabalho. De maneira geral, mesmo que de forma assistemática e pouco intencional, a organização dessas instituições já tem privilegiado o cuidar e o educar. Entretanto, essas duas funções aparecem nas diversas instituições, muitas vezes, de forma desarticulada, com ênfases e concepções diferenciadas e sem explicitação de princípios que norteiam suas práticas.

Por exemplo, em algumas IEI, existe apenas um planejamento anual, elaborado pela supervisora ou coordenadora pedagógica, do qual os(as) professores(as) nem participaram. Mas mesmo não existindo um PPP sistematizado, os(as) professores(as) certamente imprimem as suas crenças e os seus modos de agir no cotidiano do trabalho. Assim, a partir desse documento elaborado pela supervisão ou coordenação pedagógica, eles (elas) planejam o seu dia-a-dia, de acordo com as necessidades das crianças, escolhem atividades que acham importantes ou aquelas de que os meninos e meninas mais gostam, utilizam estratégias de trabalho que consideram interessantes, conversam com os pais e com os outros profissionais da instituição sobre as crianças e sobre os problemas que vão surgindo na prática diária.

Isso nos leva a refletir que, na verdade, já existem PPP em andamento nas IEI, que se concretizam: na forma como os sujeitos organizam os espaços, os tempos, as crianças, as

atividades; na seleção e formação de seus professores; no modo como estabelecem relações com as crianças, com as famílias e com a comunidade e nas estratégias utilizadas para resolver seus problemas e dificuldades. Principalmente nas creches, que não se caracterizavam como instituições educativas e, muitas vezes, não tinham nem mesmo professores habilitados, constata-se que há um saber-fazer construído, forjado no cotidiano por esses professores, certamente norteado por crenças e concepções. Em alguns casos, chegam a construir práticas pedagógicas coerentes, intencionais e consistentes. Entretanto, na maioria dos casos, essas crenças e valores não são explicitados: estão implícitos nas diversas ações, sem que seus protagonistas tenham consciência delas. O fato é que diferentes formas de trabalho são implementadas e se cristalizam, ante as necessidades e problemas do dia-a-dia das instituições, sem que sejam discutidas, e organizadas num todo coerente, dentro de uma ação sistemática.

A explicitação desse saber fazer na instituição é, pois, necessária e pode contribuir para a maior compreensão dessas práticas, bem como mostrar a necessidade de avanço e de maior coerência entre o que se acredita e o que se faz. Pode também orientar a prática pedagógica de forma mais intencional e conseqüente. Além disso, a maior clareza quanto aos pressupostos norteadores de uma prática possibilita, de maneira reflexiva e crítica, o estabelecimento de relações entre a proposta em andamento e aquilo que é preconizado nas definições legais.

Essa tentativa consciente de organização do trabalho de cuidar/educar em creches e pré-escolas, envolvendo toda a comunidade educativa, cria condições para a definição de uma identidade própria para a IEI, estabelecendo uma *unidade de propósitos* e contribuindo, ao mesmo tempo, para a formação, em serviço, de professores(as) conscientes, críticos(as), reflexivos(as) e donos(as) do seu fazer. No entanto, tal definição não pode ser feita apenas para cumprir uma tarefa burocrática ou uma determinação administrativa. A participação de todos os profissionais da IEI, da família das crianças e de outros parceiros da comunidade é fundamental para que se trabalhe numa perspectiva participativa. É necessário que a IEI se organize, criando canais de participação, logicamente de formas diferenciadas para cada segmento envolvido, e organizando espaços e tempos para desenvolver esse trabalho.

A duração do trabalho de sistematização do PPP é variável. O mais interessante é que, mesmo depois de termos um documento sistematizado, o trabalho nunca acaba; é sempre provisório, sempre precisa ser revisto, avaliado e modificado, uma vez que o contexto e os sujeitos também se modificam e novos conhecimentos são continuamente produzidos. Assim, além dos tempos e espaços organizados por essas instituições para a elaboração do PPP, é necessário que sejam planejados tempos e espaços para a contínua avaliação de sua implementação, bem como para a sua revisão.

Enfim, a elaboração de um PPP requer construção de uma unidade de propósitos para nortear a ação de uma instituição educativa. Esse trabalho é marcado pela provisoriedade e exige envolvimento, participação e compromisso de toda a comunidade escolar.

2. NORMAS E REFERÊNCIAS PARA O PPP DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A partir do momento em que a Educação Infantil foi definida como primeira etapa da Educação Básica pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em consequência de uma história de lutas e reivindicações de diferentes grupos da sociedade civil organizada, foram estabelecidas normas que devem, obrigatoriamente, ser seguidas, para que esse nível educacional atinja um patamar de qualidade.

No que se refere, mais especificamente, às propostas pedagógicas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/1996 define, no seu artigo 12, que os estabelecimentos de ensino devem elaborar e executar sua proposta pedagógica, com a participação dos professores. A partir dessa definição, o Conselho Nacional de Educação - CNE, em 1999, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI. Esse documento é indispensável no momento de elaborar o PPP, uma vez que estabelece princípios, fundamentos e procedimentos que devem orientar as instituições de educação infantil, na elaboração, articulação, desenvolvimento e avaliação dos PPP.

As Diretrizes Curriculares Nacionais do CNE são mandatórias, isto é, devem ser cumpridas em todo o País, por isso esse documento não pode ser esquecido no momento de elaborar os PPP.

Nas DCNEI, estão definidos os princípios que devem nortear os PPP das IEI. São eles:

1. Princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum;
2. Princípios políticos dos direitos e deveres da cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática;
3. Princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

O documento sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil traz também definições sobre a importância de garantir, na elaboração do PPP, a identidade das IEI, dos seus profissionais e das crianças. Determina, ainda, que o PPP deve expressar o papel das IEI de cuidar das crianças de 0 a 6 anos e educá-las, enfatizando a importância de levar em conta as possibilidades de atuar sobre seu desenvolvimento integral. Orienta, também, sobre a necessária articulação entre as diversas áreas do conhecimento e aspectos da vida cidadã.

Os outros pontos abordados pelas DCNEI reforçam questões que a LDB determinou. Nesse sentido, reafirma as idéias sobre avaliação por meio do acompanhamento do processo de desenvolvimento das crianças e sobre a formação necessária aos profissionais que atuam nessas instituições. Tudo isso deve ser levado em conta na elaboração do PPP das IEI.

Além das Diretrizes Curriculares Nacionais, as instituições de Educação Infantil, caso o município tenha constituído seu próprio sistema de ensino, devem se orientar pelas determinações sobre elaboração de propostas pedagógicas, contidas na Regulamentação da Educação Infantil definida pelo Conselho Municipal de Educação.

No caso do município não ter ainda constituído o seu próprio sistema de ensino, as creches e pré-escolas da rede pública e privada (particulares, comunitárias, filantrópicas e confessionais) integram o sistema estadual de ensino e, portanto, devem seguir as normas do Conselho Estadual de Educação.

3. ELEMENTOS DO PPP DA IEI

Os Conselhos Estaduais ou Municipais de Educação, ao regulamentar a Educação Infantil, definem os aspectos que devem ser considerados na elaboração dos PPP das IEI de seu Sistema de Ensino. Os itens propostos devem ser considerados, mas, não necessariamente, devem ser seguidos como um roteiro, no qual os diversos elementos são descritos isoladamente, como se não houvesse articulação entre eles, com o objetivo, apenas, de cumprir uma exigência burocrática. Nesse sentido, é muito importante que cada instituição organize a estrutura de seu PPP, levando em conta todos os itens propostos na regulamentação e outros que julgar pertinente, sempre buscando articulação coerente entre eles.

Apresentaremos, a seguir, alguns elementos que consideramos importantes na elaboração do PPP, muitos dos quais aparecem na maior parte das regulamentações dos Conselhos de Educação:

- História da Instituição e de seu PPP;
- Contexto sociocultural no qual a Instituição se insere;
- Concepções norteadoras do trabalho;
- Finalidades e os objetivos;
- Organização e a gestão do trabalho:
 - Organização dos eixos e aspectos a serem trabalhados: o currículo;
 - Organização dos tempos;
 - Organização dos espaços, equipamentos e materiais;
 - Organização das crianças e seus agrupamentos;
 - Organização das metodologias de trabalho;
 - Organização dos instrumentos de trabalho do professor;
 - Organização dos profissionais e suas condições de trabalho;
 - Organização do trabalho com a família e com a comunidade;
 - Organização das formas de articulação da Educação Infantil com o Ensino Fundamental;
 - Organização das formas de gestão institucional.

Discutiremos, a seguir, cada um desses elementos.

3.1. HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO E DO PPP

É muito importante na elaboração de um PPP que seja feito um levantamento da história da Instituição de Educação Infantil. Não podemos esquecer, também, que, como todas as coisas, o próprio Projeto Político Pedagógico da instituição tem uma história que precisa ser contada. Toda instituição educativa, mesmo sem ter um projeto escrito, sempre teve uma linha de trabalho que foi sendo modificada em função do momento histórico vivido e das crenças das pessoas que nela atuavam e a dirigiam. Portanto, é importante que

antigos princípios desses projetos sejam resgatados, pois ajudarão a entender o presente e a pensar no PPP futuro. Também os motivos que geraram as mudanças devem ser explicitados. Os documentos elaborados pelo grupo, ao longo de sua história, ajudam a compreendê-la, na perspectiva de reconstruí-la. Por isso, é fundamental que seja feito um levantamento de toda a documentação existente na IEI.

3.2. CONTEXTO SOCIOCULTURAL DA INSTITUIÇÃO

Não é possível pensar num PPP, sem que tenhamos em vista algumas questões que devem ser objeto de discussão e pesquisa do grupo em relação ao contexto onde ele se desenvolve. Nesse sentido, é fundamental que se faça um levantamento sociocultural da comunidade para, efetivamente, saber o seguinte:

- A quem essa proposta de trabalho se destina? Quem são e como são as crianças e as famílias com as quais a instituição trabalha?
- Quais as condições de vida, de trabalho e profissão dos pais?
- Quais são os costumes, tradições, músicas, danças, brincadeiras, formas de lazer, religião da comunidade em questão?

3.3. CONCEPÇÕES NORTEADORAS DO TRABALHO

Explicitar e sistematizar concepções num PPP, talvez seja a questão de definição mais difícil e complexa pois, nessa discussão, estão presentes as crenças e valores que, em geral, direcionam o trabalho e se refletem em todas as ações desenvolvidas, embora, muitas vezes, seus protagonistas não tenham consciência disso.

Como caminho para explicitar concepções, sugerimos a discussão e reflexão das práticas desenvolvidas, buscando fundamentos para compreendê-las, enriquecê-las e, algumas vezes, transformá-las. Esse trabalho costuma surpreender o grupo elaborador do PPP pelo fato de os humanos serem seres contraditórios, ou seja, muitas vezes, dizem uma coisa e fazem outra. É muito comum a prática não corresponder ao discurso ou às teorias defendidas. Entretanto, a busca de coerência entre teoria e prática é um princípio que deve direcionar a elaboração, implementação e avaliação do PPP. Para isso, parece-nos, fundamental que os participantes do processo de elaboração de um projeto procurem chegar a um consenso em torno de algumas concepções:

Sociedade – Partimos do pressuposto de que não se trata de educação de crianças que vivem no século passado, nem de crianças que vivem num mundo ideal, sem desigualdades sociais, sem violência, no qual não há consumismo e onde homem e natureza se harmonizam plenamente. Que mundo é esse onde vivemos? Que sociedade temos? Que sociedade queremos? Essas questões são fundamentais e devem ser respondidas para definirmos a concepção de sociedade que orientará o PPP da IEI.

Educação - Sabemos que a educação não pode, sozinha, modificar o mundo. No entanto, ela poderá contribuir para a formação de uma sociedade mais justa, mais humana. Que educação é essa? Qual a concepção de educação que orientará o PPP da IEI?

Ser humano - O compromisso com a formação humana é um dos paradigmas da Educação Infantil. Assim, ao participar da elaboração do PPP da IEI, devemos ter em mente que tipo de ser humano queremos formar para a sociedade que temos, tendo em vista a sociedade que queremos.

Criança - Na Educação Infantil trabalha-se com seres humanos na faixa etária de 0 até 6 anos, com especificidades próprias desse seu período de vida. Sabemos que vivem diferentes infâncias de acordo com o meio social e cultural no qual se constituíram. Nesse sentido, além de conhecer as contribuições dos estudos e pesquisas sobre a criança, os elaboradores do PPP precisam ter conhecimento da criança concreta com a qual a IEI trabalha. Para isso, é fundamental investigar sobre as atividades que as crianças realizam no seu cotidiano fora da IEI: o que fazem, como fazem, de que e com quem brincam, produções culturais a que têm acesso, entre outros.

Educação Infantil - Essa etapa educacional é reconhecida, hoje, pela legislação vigente, como integrante da educação básica. Algumas questões poderão nos auxiliar a entendê-la, como: O que significa esse reconhecimento? Qual a identidade da educação infantil? Como os profissionais da instituição concebem a educação infantil? Qual a sua especificidade em relação às demais etapas da educação básica? Como seria uma Instituição de Educação Infantil? O que significa cuidar de crianças de 0 a 6 anos e educá-las nessa Instituição? Qual a concepção de saúde que embasa as ações de cuidar e educar na IEI? Para a elaboração dessa concepção, é indispensável que as instituições busquem apoio na legislação vigente.

Desenvolvimento e aprendizagem - Também, aqui, sugerimos, algumas questões: como os profissionais da instituição acreditam que a criança aprende e se desenvolve? Que fundamentos teóricos embasam essa prática? Essa é uma concepção importante a ser definida uma vez que, continuamente, orientará a relação dos professores com as crianças.

3.4. FINALIDADES E OBJETIVOS

Explicitar a finalidade da IEI significa estabelecer a razão de ser, o sentido social dessa instituição. Para tanto, é necessário que os professores compreendam a especificidade da instituição, que tem como centro as crianças, as quais devem ser vistas como sujeitos com direitos a cuidados e à educação, em complementação à ação da família e da comunidade. Para cumprir essa finalidade, é necessário definir objetivos gerais relativos ao desenvolvimento e aprendizagem das crianças, respeitando a integralidade desse processo, nas suas dimensões afetivas, físicas, cognitivas, sociais e culturais.

Assim, para entendimento dessa finalidade, os participantes do PPP devem levar em conta que as instituições que se propõem a trabalhar com esse nível educacional são hoje consideradas *instituições educativas de caráter coletivo*, cujo papel social é **cuidar e educar, de modo intencional**, crianças de 0 a 6 anos de idade. Para melhor compreensão desse papel social, explicitaremos, a seguir, o significado de cuidar e educar em uma Instituição de Educação Infantil.

Lembramos que o termo cuidar traz a idéia de preservação da vida, de atenção, de acolhimento e envolve uma relação afetiva e de proteção. Logo, cumpre o papel de propiciar o bem-estar do outro, segurança, saúde e higiene.

Já o termo educar tem a conotação de orientar, ensinar, possibilitar que o outro se aproprie de conhecimentos e valores que favoreçam seu crescimento pessoal, sua integração no ambiente e transformação do seu meio físico e social.

Hoje, na Educação Infantil, esses dois termos são tratados de forma indissociável. Mas de onde vem a preocupação com a integração desses dois termos? O que significa cuidar e educar na Educação Infantil?

Em primeiro lugar, devemos destacar que, sempre, em qualquer situação e em qualquer nível de ensino, o ato de educar deve estar associado ao ato de cuidar, principalmente quando se trata de crianças pequenas. Quanto menor for a criança, maior deve ser a ênfase na integração desses dois aspectos.

Vale lembrar que, em alguns países da Europa, da África e nos Estados Unidos, existem expressões que englobam os termos cuidar e educar. Na África do Sul, por exemplo, utiliza-se a palavra *educare* ao se referir ao cuidado e educação. Como em nosso país não há uma expressão que englobe as duas ações – a de educar e a de cuidar – é necessário o uso dos dois termos tanto na legislação, quanto por aqueles que atuam na área.

A própria história do atendimento à criança em nosso país, marcada pela dicotomia de funções assumidas pela creche e pela pré-escola, reforça a necessidade de utilizar ambos os termos. Até a Constituição de 1988, o atendimento à criança de 1 a 3 anos estava concentrado na área de assistência social, cumprindo funções mais relacionadas aos cuidados básicos. O atendimento às crianças de 4 a 6 anos, por sua vez, já surgiu vinculado à escola e, conseqüentemente, aos processos educacionais. As marcas dessa vinculação são sentidas desde as denominações usadas historicamente: pré-primário e pré-escolar.

De certa forma, a origem dessas instituições contribuiu na definição do destinatário prioritário desse serviço, da natureza da ação desenvolvida, do profissional necessário para sua execução e dos próprios tipos de instituições existentes. Assim sendo, a creche foi criada para atender, prioritariamente, às necessidades das mães trabalhadoras, cujas crianças precisavam ser cuidadas por alguém que atendesse às suas necessidades básicas de alimentação, sono e higiene. Para desenvolver essas tarefas, na ausência das mães, entendia-se que não era preciso um profissional qualificado. Por outro lado, a pré-escola, desde a sua origem, era vista como uma etapa anterior à escola; daí o caráter de preparação para o ensino regular, que ainda marca muitas dessas instituições. Esse trabalho era desenvolvido por professoras(as) que, em geral, não consideravam como sua a função de cuidar das crianças, trabalhando muito mais na perspectiva de prepará-las para escolaridades futuras.

A concepção de cuidado/educação adotada nos últimos anos na Educação Infantil se apóia no reconhecimento de que para a criança se tornar cada vez mais um sujeito

humano, aprendendo e se desenvolvendo, é necessário que, no seu processo de formação, a pessoa que trabalha junto a ela atue nas duas direções.

Isso significa que, em função da extrema dependência física, motora, afetiva e cognitiva do ser humano nessa etapa da vida e da sua gradativa possibilidade de autonomia, é fundamental que a IEI favoreça a apropriação de conhecimentos, valores, procedimentos e atitudes e, ao mesmo tempo, o bem-estar das crianças, atendendo às suas necessidades básicas e relacionais, em um clima de afetividade. Dessa maneira, a instituição estará contribuindo para que a criança aprenda e se desenvolva, inserindo-se na cultura e transformando-a em harmonia com a natureza.

Assim, entendemos que, desde os primeiros meses de vida, nas ações cotidianas, quando a mãe ou o (a) professor(a) dá banho na criança, troca-lhe fraldas, alimenta-a, coloca-a para dormir, trata de suas dores e manhas, vai imprimindo nelas uma forma de se relacionar com o mundo e com as pessoas. Da mesma maneira, quando conversa com a criança, canta, embala-a, mostra-lhe os objetos que a circundam, nomeia-os, brinca com eles ensinando-lhe a brincar e possibilitando que escolha o que deseja, está ensinando à criança uma certa maneira de ver o mundo, dando sentido e significado a tudo que está ao seu redor. O adulto está trabalhando com aspectos da vida social indispensáveis à inserção, cada vez maior, da criança na cultura em que vive quando: organiza os ambientes e os materiais para que desenvolvam as atividades; respeita as suas necessidades de sono, higiene, alimentação e segurança; ensina-lhe o auto-cuidado, com vistas a que a criança se torne autônoma.

No que se refere mais especificamente aos cuidados com a saúde, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA/1990, reiterando o que determina a Constituição Federal de 1988, define que a criança e o adolescente têm direito à proteção e à saúde mediante a efetivação das políticas sociais públicas que lhes permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. A partir desses dispositivos legais, nosso desafio é integrar, no espaço da IEI, as ações de saúde, articulando-as com o cuidar e o educar das crianças, contribuindo para o seu crescimento e desenvolvimento pleno e integral. Essa articulação é um caminho institucional para considerar a criança como *sujeito de direitos*, podendo usufruir dos bens e serviços que são essenciais para o seu crescimento e a sua inserção na sociedade. Dentre os vários segmentos etários, as crianças constituem um grupo vulnerável para diversas doenças que podem ser prevenidas e controladas. O papel da IEI é reconhecer que saúde e doença não são fenômenos puramente biológicos, mas refletem as condições econômicas, sociais e culturais nas quais vivem as crianças e suas famílias.

Nessa perspectiva, cuidado e educação devem estar presentes na proposta pedagógica da IEI, permeando todas as ações desenvolvidas. Trata-se de transformar essas ações em verdadeira filosofia que se concretiza no cotidiano, definindo a prática e dando

consistência ao trabalho. Dessa maneira, é compromisso das IEI com as famílias e seu papel em relação às crianças:

- cuidar e educar para que se sintam seguras, protegidas e saudáveis;
- cuidar e educar para que aprendam a respeitar o outro nas suas diferenças;
- cuidar e educar para que se apropriem, de forma crítica e autônoma, de linguagens, conhecimentos, instrumentos, procedimentos, atitudes, valores e costumes da cultura em que estão inseridos, aspectos esses necessários à vida coletiva;
- cuidar e educar para que construam sua identidade e autonomia;
- cuidar e educar para que se sintam sempre desafiadas e não percam a relação prazerosa com a busca pela compreensão do mundo;
- cuidar e educar para que aprendam a respeitar e preservar a natureza;
- cuidar e educar para que se sintam bem e felizes;
- cuidar e educar, enfim, para que desenvolvam, na sua integralidade, tanto os aspectos cognitivos, quanto afetivos, físicos, sociais, éticos e estéticos, contribuindo com sua formação humana.

Diríamos, então, que, tendo a compreensão clara quanto à finalidade de uma IEI, é possível definir objetivos para a organização intencional do trabalho de cuidar dessas crianças e educá-las, que possibilitem a elas aprenderem determinados conhecimentos, instrumentos, procedimentos e valores da cultura.

3.5. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO TRABALHO

Anteriormente, destacamos alguns aspectos que constituem o *pano de fundo*, tecido com crenças e intenções educativas que possibilitam definir e avaliar, continuamente, as formas de gestão e organização do trabalho de cuidar das crianças e educá-las no cotidiano das instituições de educação infantil. Portanto, devemos pensar em cada um dos itens que permitem a organização e gestão desse trabalho, os quais, dada a sua importância, discutiremos a seguir:

3.5.1. Organização dos eixos e aspectos a serem trabalhados: o currículo

Definir nos PPP das IEI os eixos e aspectos a serem trabalhados com as crianças significa organizar o *currículo* da instituição, isto é, levantar todas as experiências a serem com elas vivenciadas, relacionando essas experiências a todos os conhecimentos, saberes, valores, atitudes e procedimentos que possibilitem cuidar/educar as crianças concretas de uma determinada instituição.

Mas, quais são esses conhecimentos, saberes, valores, atitudes e procedimentos? Para responder a essa questão, achamos necessário, antes, discutir os tipos de conhecimento e as formas como as crianças deles se apropriam e os transformam.

Com efeito, nas interações que as crianças estabelecem no seu dia-a-dia com a natureza e com os vários sujeitos do seu meio, vivenciando práticas sociais diversas, elas se

apropriam, de maneira informal, dos conhecimentos inerentes a essas vivências. Por exemplo: ao serem banhadas ou alimentadas no dia-a-dia por suas mães, elas vão aprendendo os rituais e costumes do banho ou da alimentação na sua cultura. Quando plantam ou cuidam de animais, adquirem conhecimentos sobre a reprodução de diferentes espécies animais e vegetais e sobre os cuidados necessários à preservação da vida. Ao acompanharem os adultos às compras, aprendem onde se compra determinado produto, como comprá-lo e como pagá-lo. Quando brincam com seus irmãos mais velhos ou com seus vizinhos, apropriam-se de jogos e brincadeiras e de outros códigos da cultura infantil. Quando participam, juntamente com sua mãe ou seu pai, da leitura de uma carta enviada por um familiar que está distante, aprendem sobre a função social da linguagem escrita. Esses saberes, instrumentos, atitudes, hábitos, valores, procedimentos, estratégias, conceitos que são apropriados a partir de práticas sociais das quais as crianças participam, costumam ser denominados *conhecimentos informais*, ou espontâneos, ou conhecimentos do cotidiano.

Por outro lado, o aprendizado de conhecimentos produzidos e sistematizados ao longo da história da humanidade ocorre a partir de interações entre sujeitos, por meio de estratégias intencionalmente organizadas. É assim que aprendemos as regras que orientam o nosso sistema de escrita, os procedimentos formais para utilizarmos as operações matemáticas, a sistematização dos acontecimentos históricos ou dos elementos visuais e estéticos que compõem as artes etc. Esses conhecimentos são denominados *conhecimentos formais* e são geralmente aprendidos na escola, organizados em disciplinas como Português, Matemática, História, Artes, entre outras.

E qual é o papel da Educação Infantil?

Diríamos, inicialmente, que é necessário pensar que a Educação Infantil atende a crianças ainda muito pequenas que estão adentrando o mundo e se constituindo como sujeitos humanos. Precisam, nesse momento, e nos vários espaços a que têm acesso, de se apropriar de várias práticas relacionadas à natureza e à vida social que lhes permitam constituir sua subjetividade e tornar-se, cada vez mais, sujeitos humanos, em harmonia com a natureza e inseridos na cultura. A instituição de educação infantil, onde elas passam, muitas vezes, grande parte do seu dia, não pode prescindir do seu papel, compartilhado com as famílias, de inserir as crianças no mundo, possibilitando que elas vivenciem essas práticas, delas participem e delas se apropriem, transformando-as. Para muitas crianças, esse é o espaço primordial para essas vivências, uma vez que o tempo passado no espaço doméstico tem sido cada vez mais restrito. É nesse sentido que a própria LDB/96, art.29, define essa primeira etapa da educação básica como complementar à ação da família e da comunidade.

Importa dizer que os saberes decorrentes dessas experiências vão muito além daqueles conhecimentos formais, tradicionalmente organizados em disciplinas escolares, constituindo, em grande parte, conhecimentos informais.

Entretanto, diferentemente das interações que as crianças estabelecem no seu cotidiano fora da IEI, o trabalho com esses conhecimentos informais numa instituição educativa, que tem o papel social de educar as crianças e cuidar delas, deve ser intencionalmente organizado por profissionais com formação específica para desenvolvê-lo, levando-se em conta, principalmente, que se trata de uma instituição de caráter coletivo, na qual várias crianças vão vivenciar juntas esses conhecimentos. Assim, esses profissionais precisam fazer o levantamento da variedade de experiências relacionadas aos conhecimentos formais e informais que podem ser vivenciadas ou potencializadas no cotidiano da instituição. Com base nesse levantamento, poderão planejar atividades, organizar tempos, espaços, materiais, agrupamentos e metodologias de trabalho de acordo com as necessidades das crianças, de modo que possam ocorrer interações que possibilitem a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças.

Nesse levantamento, ressaltamos que a instituição não pode, por exemplo, deixar de incluir: as descobertas que as crianças fazem em relação ao seu corpo, às suas possibilidades e aos espaços por onde se desloca quando engatinha, anda, corre, pula, passa por cima, por baixo etc.; os instrumentos, estratégias e procedimentos relativos ao autocuidado (como aprender a ir ao banheiro, lavar as mãos, tomar banho, pentear os cabelos, escovar os dentes, comer, vestir-se e calçar-se sozinho, proteger seu corpo do frio, do calor, das possibilidades de se machucar etc.); os valores éticos (respeito, tolerância, solidariedade etc.); os atos e posturas sociais de cumprimentar, agradecer, despedir, etc.; ou as questões ligadas à organização do cotidiano no espaço da IEI ou fora dela, como organizar-se em grupo, saber ouvir, dividir com os outros, ajudar, pedir ajuda, organizar o espaço coletivo, relacionar-se com a natureza, preservá-la.

Além disso, como as crianças são, desde pequenas, muito curiosas e mostram-se ávidas por conhecer e compreender esse mundo, é importante lhes oferecer, também, oportunidades de explorarem e conhecerem diversos tipos de objetos e fenômenos, seres e materiais da natureza que estão à sua volta (o barulho do vento, o canto dos pássaros, o cheiro das flores e a textura das folhas, a temperatura da água, os sabores diversos). O contato com objetos variados possibilita às crianças experimentar diferentes reações como: pegar, morder, arremessar, rolar, apertar, cheirar objetos; colocar um dentro do outro, em cima ou batendo uns nos outros; comparar um com outro; colocá-los dentro da água, além de várias outras formas de experimentação. A partir dessas ações, mediadas pelos adultos, elas poderão se apropriar de conhecimentos não apenas sobre o nome desses objetos e fenômenos, como também sobre suas características físicas e sensoriais (macio, duro, áspero, liso, quente, frio, cheiroso, salgado, doce, azedo etc.), e suas propriedades (flexível, inquebrável, que rola, que flutua etc.). Daí, poderão estabelecer diversas relações entre eles (maior, menor, mais comprido, mais curto, muitos, poucos etc.).

Ainda com a mediação do adulto, as crianças poderão se envolver no cuidado de animais, ou no plantio e cuidado de hortas ou jardins existentes na instituição; experimentar diversas transformações de substâncias nas atividades de culinária, como, por exemplo, fazer uma gelatina, um bolo, ou mesmo misturarem tintas e conseguirem novas cores;

conhecer e explorar os vários espaços físicos e culturais dentro e fora da IEI. Assim, todos esses conhecimentos informais podem ser potencializados, numa rica vivência de práticas sociais na IEI, sendo, dessa forma, apropriados e transformados pelo grupo de crianças.

Desse modo, com o progressivo desenvolvimento de sua capacidade simbólica, os seus interesses, manifestados por perguntas, por ações ou por outras formas de expressão definirão os saberes, valores e práticas a serem vivenciados na instituição.

Por outro lado, essas experiências podem despertar nas crianças a necessidade de buscar o *conhecimento formal* para melhor conhecer e compreender a realidade física e social. Cabe ao(à) professor(a) levá-las a desenvolver sua própria capacidade de observação e escuta para acolher e potencializar esses interesses. Nesse processo, as crianças poderão manifestar curiosidade por: conhecer mais os animais e seus modos de vida ou as plantas para que sejam mais bem cuidadas ou cultivadas (isso durante as atividades de horta e jardinagem); pesquisar mais sobre os fenômenos de flutuação ou sobre as transformações químicas vivenciadas nas brincadeiras diversas e nas atividades de culinária; conhecer a história de seus avós para entenderem alguns hábitos e costumes apresentados nas histórias; saber por que possuem cabelos de cor diferente; conhecer as funções de cada parte do corpo; querer compreender as origens dos raios e trovões para, inclusive, elaborarem os seus medos; podem, também, buscar o conhecimento formal sobre a escrita de algarismos para numerar corretamente, um jogo de *trilha* que tenham construído etc.

Não podemos esquecer, porém, que, mesmo as crianças tendo acesso ao conhecimento científico, não possuem, ainda, o pensamento suficientemente abstrato para compreender os conceitos ali implícitos. Entretanto, de acordo com suas possibilidades, elas estabelecem relações com outros conhecimentos que já possuem e avançam no patamar de sua lógica.

Todas essas interações, tanto com o conhecimento informal quanto com o conhecimento formal, são mediadas pelas múltiplas formas de linguagem (a fala, o gesto, o desenho, a escrita etc). Essas linguagens são aprendidas como conhecimento informal, vivido pelas crianças nessas interações. Entretanto, muitas vezes, emergem, também, dessas interações o interesse e a necessidade das crianças de compreender e se apropriar dos sistemas simbólicos e dos elementos que constituem essas linguagens, na qualidade de conhecimento formal. Podem, por exemplo, buscar o conhecimento acumulado nas Artes sobre como lidar com a técnica de modelagem com argila e, assim, fazerem peças que não se quebram facilmente. Em outra situação, pode ser necessária a elaboração de um convite. Para essa elaboração, será preciso recorrer ao conhecimento formal para que esse texto contenha os elementos indispensáveis à sua compreensão pelo interlocutor pretendido.

Além disso, a IEI deve tornar-se um espaço que viabilize às crianças o acesso ao patrimônio cultural da humanidade por meio da literatura, músicas, artes plásticas e visuais, brincadeiras, dança e teatro.

Assim, na organização do currículo de uma IEI, temos que abrir um amplo leque de possibilidades de experiências que podem ser vivenciadas pelas crianças. Esse leque de possibilidades se constituirá numa referência constante tanto para a organização prévia da prática pedagógica, quanto para potencializar a implementação e execução de situações que emergem dessas experiências.

Mas, mesmo que esse leque seja amplo e rico, temos que estar *abertos ao imprevisível*, pois, nas interações com qualquer grupo de crianças, podem surgir interesses e curiosidades relativos às linguagens ou a aspectos do mundo natural e social sobre os quais não havíamos nos organizado previamente. Para tanto, devemos desenvolver *a nossa capacidade de escuta do grupo*, isto é, ouvir as demandas dos pequenos nas suas conversas, nas perguntas que fazem, nos gestos e movimentos que empreendem, no conteúdo das suas brincadeiras. Precisamos estar atentos aos conteúdos que emergem dessas falas e das suas ações, dando-lhes forma e significado, potencializando as situações e dinamizando o trabalho. Por outro lado, os(as) professores(as) precisam, também, estar abertos(as) para sua própria busca de conhecimentos em relação às curiosidades manifestadas pelas crianças. Só assim, eles(as) poderão levá-las a ultrapassar o senso comum nas suas investigações.

Desse modo, organizar o currículo no PPP de uma IEI significa apontar possibilidades amplas de trabalho com as crianças, que abranjam todos os aspectos da formação humana e levem em consideração suas necessidades e especificidades, além de abrir sempre espaços para o imprevisível. Significa definir eixos ou aspectos que abranjam a infinidade de conhecimentos informais e formais possíveis de serem trabalhados com as crianças de 0 até 6 anos e que, ao mesmo tempo, estejam articulados com aspectos da vida cidadã e com todos os aspectos do seu desenvolvimento. Assim, poderíamos, por exemplo, definir *o cuidado com o corpo e o autocuidado* como um desses eixos e *o conhecimento do mundo físico e social* como outro e, assim, por diante.

À medida que se apropria dos saberes da cultura e os transforma, a criança vai se desenvolvendo, não apenas em relação aos aspectos cognitivo/lingüístico, como também do ponto de vista afetivo, físico, social, ético e estético.

3.5.2. Organização dos tempos

A organização dos tempos e do regime de funcionamento no Projeto Político-Pedagógico de uma IEI deve ser pensada em duas vertentes: institucional e no cotidiano do trabalho.

Na vertente institucional, é necessário explicitar e justificar, de maneira coerente com as concepções norteadoras do PPP, os períodos de atendimento – parcial, integral, diurno ou noturno; a cobertura do atendimento durante o ano civil, com ou sem período de férias; os horários de funcionamento de acordo com o público atendido; a carga horária de trabalho de seus funcionários e a forma de distribuição dessas horas; o período de adaptação das crianças e de suas famílias; o calendário anual, com atividades coletivas, junto às crianças, às famílias, à comunidade e entre os profissionais da instituição.

Uma questão importante a ser pensada quando discutimos a organização dos tempos na IEI é a consideração sobre o tempo de frequência das crianças na Educação Infantil. Na verdade, por não ser uma etapa obrigatória, esse tempo pode durar tanto um ano como até seis anos, uma vez que a criança pode ingressar na IEI em qualquer momento, desde que na faixa etária que se estende de 0 até 6 anos. A clareza quanto a essa questão é determinante para uma definição não rígida, no currículo, dos aspectos a serem trabalhados em cada faixa etária. Assim, o ponto de partida para as ações educativas que serão realizadas deve ser a criança e suas experiências, independentemente do momento do seu ingresso na IEI.

Devemos levar em consideração, ainda, na organização do tempo, as atividades de cuidado relativas à saúde. Crianças que permanecem na IEI em tempo integral, necessariamente, terão mais contato com os colegas, professores(as) e com as práticas de higiene cotidianas. Por isso, faz-se necessário, o estabelecimento de rotinas diferenciadas para os diferentes períodos de atendimento.

Além disso, uma vez que a Educação Infantil é complementar à ação da família, é fundamental que sejam pensados tempos em que o professor estará com as famílias, tanto para conhecer melhor as crianças, quanto para compartilhar ou propor ações conjuntas e, ainda, avaliar o seu processo de desenvolvimento.

Outro aspecto importante para pensarmos nessa relação entre a IEI e as famílias refere-se à inserção da criança na instituição, ou melhor, à organização do período de adaptação. Desse modo, sugerimos que constem, no PPP, previsão dos momentos, a saber:

momentos para conhecer as crianças, anteriores à sua entrada na instituição, por meio de entrevistas com os pais, de relatórios de outros profissionais que tenham com elas trabalhado etc.;

- momentos de envolvimento com a criança e seus pais, muitas vezes também anteriores à entrada propriamente dita da criança na instituição, utilizando-se a sensibilidade dos profissionais e os vários atrativos de que a IEI dispõe em seu espaço;
- momentos diferenciados para as crianças novatas que permitam aos adultos dedicar-lhes atenção mais individualizada, contando, muitas vezes, com a garantia da presença dos pais ou dos familiares;
- momentos em que as crianças possam compartilhar de atividades bastante interessantes, com o grupo de crianças que já frequentam a IEI.

Por outro lado, queremos assinalar que, ao elaborar o PPP da instituição, os professores devem prever tempos para estudo, planejamento, registro, discussão e avaliação das ações educativas, considerando as necessidades de trabalho coletivo e individual.

Em relação à organização dos tempos no cotidiano do trabalho dos(as) professores(as) com as crianças, nas ações de cuidar delas e de educá-las, é necessário pensar sobre: a organização mensal, semanal, a rotina diária das atividades articulada com as atividades coletivas da instituição. São atividades institucionais: a dinâmica do planejamento, a

alternância entre os diversos tipos de atividades, a seqüência e continuidade entre as diversas ações.

Sabemos que há crianças que permanecem na creche ou na pré-escola durante quatro horas, seis e até por dez horas. Esse tempo deve ser bem aproveitado e, para que isso ocorra, é necessário que seja bem organizado e planejado. É por meio da organização dos tempos na IEI que se evidenciam as prioridades do currículo que ali se desenvolve. Dessa maneira, a distribuição desse tempo deve ser pensada, levando-se em conta a integralidade da criança, seus interesses, suas necessidades e o papel da IEI de cuidar delas e de educá-las, de forma indissociável.

Refletir sobre as rotinas institucionais é fundamental, pois elas são organizadoras das experiências cotidianas, auxiliando os professores a planejarem seu trabalho e as crianças a construírem a noção de tempo. Embora a organização da rotina seja estruturante, ela deve ser flexível para contemplar as situações imprevistas que podem contribuir em muito para os processos de desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

Assim, na busca do equilíbrio, devem ser previstos momentos diferenciados que se alternem entre atividades dirigidas e espontâneas; atividades no espaço interno e externo da IEI; atividades mais agitadas e mais calmas; atividades coletivas, em pequenos grupos, individuais e com crianças de outras faixas etárias; atividades dentro da IEI e nos espaços físicos e culturais da comunidade e da cidade. É fundamental, no entanto, que o trabalho não seja fragmentado, havendo continuidade das experiências vivenciadas pelas crianças.

É necessário, também, pensar no atendimento aos ritmos individuais das crianças. Não podemos lhes impor uma rotina fabril ou desperdiçar o precioso tempo vivido por elas na instituição com *tempos de espera* (lembramos aqui a atividade de dar banho, quando algumas crianças vão passando de forma rápida e automática pelos(as) professores(as), que lhes tiram a roupa, banham, enxugam e vestem, enquanto as outras ficam sentadas esperando). Por outro lado, não lhes podemos impor uma rotina *escolarizante*, com preocupação excessiva com o disciplinamento (como, por exemplo, quando as crianças têm que esperar, sentadas e quietas, todos da turma acabarem uma atividade).

Concluindo, na organização desses tempos, os profissionais têm que levar em conta que as rotinas constituem a subjetividade das crianças, formando-as ou como sujeitos autônomos e críticos, ou como indivíduos passivos, dependentes e sem criticidade.

3.5.3. Organização dos espaços, equipamentos e materiais

Organizar espaços, equipamentos e materiais em um PPP significa tratar a questão em duas vertentes: uma institucional e outra mais centrada nos espaços, equipamentos e materiais usados no cotidiano pelos profissionais e pelas crianças.

A noção de espaço institucional envolve o prédio construído e usado pela instituição com sua área interna e externa. Envolve, também, a previsão de outros espaços físicos e

culturais da cidade que podem ser utilizados pela IEI no desenvolvimento de suas atividades. Nessa organização, é necessário levar em conta a importância da construção de um ambiente saudável para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças. Dessa maneira, a organização do espaço deve possibilitar às crianças segurança, higiene, contato com a natureza e com os elementos que compõem o meio sociocultural. Além disso, esse item do PPP deve apresentar a organização e utilização dos materiais e equipamentos disponíveis para a realização do trabalho pedagógico, bem como a decoração do espaço e a participação da criança nessa organização.

Devemos ter em mente que a organização do ambiente educativo reflete as crenças e concepções que norteiam o trabalho da IEI. Nesse sentido, para atender as necessidades da criança e a diversidade do currículo na Educação Infantil, é imprescindível a organização de diferentes espaços dotados de grande quantidade e variedade de materiais disponíveis e de fácil acesso às crianças. Mesmo que, dentro da sala de atividades, o espaço seja restrito, é importante organizá-lo de forma a possibilitar a autonomia, a auto-organização e as interações entre as crianças e delas com o(a) professor(a). É preciso, também, levar em conta na organização do espaço, principalmente no caso de crianças menores, a questão da segurança delas, tanto física quanto emocional.

Nesse sentido, os espaços semi-abertos são muito favoráveis (CARVALHO & MENEGHINI, 1998). Neles, são utilizados móveis, estantes vazadas ou divisórias baixas para criar algumas *zonas circunscritas*, ou seja, áreas delimitadas em três ou quatro lados, com uma abertura para passagem. Em cada uma dessas zonas, onde devem caber em torno de seis crianças, são colocados materiais diversos (brinquedos, livros etc.) ou são apenas dispostas algumas almofadas, tapetes, para tornar o local aconchegante para as crianças levarem o que quiserem. Caixas grandes ou cabaninhas com abertura podem também constituir um desses locais. O importante nesses espaços semi-abertos é que, ao mesmo tempo em que eles possibilitam às crianças menores interagirem mais entre elas, sem necessitar da atenção constante do adulto, permitem ao(a) professor(a) uma visão ampla de todas elas, acompanhando seus movimentos, o que contribui para que se sintam mais seguras.

Para as crianças um pouco maiores, a criação de cantos diversos (do faz-de-conta, de leitura, da fantasia, de matemática, de artes plásticas e música, de construção, entre outros), organizados para o desenvolvimento de algumas atividades, também é da maior valia, uma vez que possibilita às crianças a realização de atividades diversificadas. Esses cantos devem ser equipados com material adequado e constantemente enriquecidos.

Nas salas de atividades, é fundamental a existência de um local no qual as crianças possam guardar seus pertences ao chegarem: sacolas, mochilas, merendeiras, materiais pedagógicos etc. É interessante que elas reconheçam o espaço pertencente a cada uma para que, assim, possam, desde muito cedo, localizá-lo, sem a ajuda do adulto.

Na organização e arrumação do espaço externo, devem ser consideradas, da mesma maneira que no espaço interno, as características, as necessidades e os interesses das crianças. Dessa forma, é preciso que a preocupação com a autonomia, com a auto-organização, com as interações entre as crianças, além de sua segurança física e emocional, direcione a discussão sobre essas questões.

Considerando que a imensa necessidade da criança em atuar sobre os objetos para conhecer o mundo físico e social determina o seu profundo interesse pela natureza e por aspectos da cultura, é fundamental que o espaço externo esteja povoado por objetos e elementos que desafiem a curiosidade dos pequenos, instigando-os a conhecer o mundo à sua volta. Tendo em vista essas questões, é fundamental que esses espaços disponham de terra, água, areia, plantas e instrumentos para que as crianças possam observar, experimentar, plantar e acompanhar as transformações da natureza. Além disso, devem possibilitar que as crianças corram, pulem, subam, desçam, escorreguem, se escondam e desenvolvam jogos coletivos. Dessa forma, é importante a existência de parquinhos com brinquedos diversos nos quais possam brincar livremente e interagir com os colegas por meio de atividades corporais.

Lembramos, ainda, a necessidade de organização de espaços comuns na IEI para uso das crianças, como biblioteca, brinquedoteca, pátio, parquinho e outros. O trabalho pedagógico a ser desenvolvido nesses espaços requer planejamento cuidadoso por parte do coletivo, com a previsão de horários para cada turma e de momentos em que crianças de várias turmas possam interagir.

Além disso, os espaços da IEI devem ser ampliados com a ultrapassagem dos muros da instituição, tendo em vista o enriquecimento das vivências socioculturais das crianças. Assim, é fundamental que a professora proponha atividades em outros locais da comunidade próxima e da cidade. Para tanto, faz-se necessário o conhecimento de outros espaços existentes, tais como: praças, parques, campinhos de futebol, clubes, museus, cinemas, teatros, supermercados ou armazéns, bibliotecas, igrejas, riachos, cachoeiras, entre outros.

Quanto à organização dos materiais, não podemos esquecer, no momento da elaboração da proposta pedagógica, os materiais disponíveis na instituição. Daí, cabe ao professor verificar: quais materiais e equipamentos são necessários e adequados para as crianças, tendo em vista suas características, especificidades e necessidades de desenvolvimento e aprendizagem; o estado em que se encontram; onde estão; por quem podem ser organizados; o que o grupo pode confeccionar, consertar ou comprar; que materiais podem ser conseguidos de outras formas; como é possível organizá-los e guardá-los; como possibilitar acesso mais fácil dos professores e das crianças a esses materiais e equipamentos. Além disso, o professor deve programar a quantidade e variedade de materiais necessários ao desenvolvimento das atividades e à segurança e higienização dos pequenos.

Em resumo, queremos ressaltar que o PPP não pode perder de vista a importância de as crianças se sentirem sujeitos na organização desses espaços e materiais. Afinal, o espaço da instituição é, também, um lugar delas! Assim, a participação das crianças, tanto na decoração dos ambientes quanto nas propostas de sua utilização, é fundamental.

3.5.4. Organização das crianças - agrupamentos

A *organização das crianças* deve ser descrita no Projeto Político-Pedagógico de uma IEI considerando-se duas dimensões: a institucional e a do trabalho cotidiano do(s) professor(es) junto às crianças.

Em relação ao primeiro aspecto, é fundamental explicitar e justificar, de modo coerente com as concepções norteadoras da Proposta Pedagógica, os critérios e as formas de organização dos grupos de crianças, estabelecendo a relação numérica professor/criança, bem como definindo os responsáveis por esses grupos. É fundamental também que, nessa perspectiva institucional, sejam explicitadas as formas de inserção e acolhimento das crianças.

No que se refere ao trabalho cotidiano, da mesma forma, é necessário explicitar e justificar como os(as) professores(as) organizam as crianças pelas quais são responsáveis, no dia-a-dia de sua prática de cuidar delas e de educá-las, tendo em vista a inclusão de todas e a contribuição para o seu desenvolvimento e aprendizagem.

Considerando-se que a interação com os sujeitos à sua volta possibilita às crianças a apropriação de conhecimentos e a construção de sua identidade, de sua subjetividade, de seu sentimento de pertencimento social, de sua auto-estima, de sua autoconfiança, de sua capacidade de respeitar o outro e de atuar cooperativamente, é fundamental que na elaboração do PPP sejam pensadas formas diversas de proporcionar-lhes essas interações. Nesse sentido, devem ser propostas estratégias específicas e posturas do(a) professor(a) que promovam a efetiva interação entre as crianças da mesma idade, em pequenos ou em grandes grupos; entre crianças de diferentes idades; entre crianças e adultos. Ressaltamos a importância da interação da criança com seus pares, uma vez que possibilita a produção e o compartilhamento de uma cultura de infância, constituída por idéias, valores, códigos próprios, formas específicas de compreensão da realidade. Acreditamos que, assim, poderão não apenas reproduzir o mundo adulto, mas (re)significá-lo e reinventá-lo. Isso pode possibilitar a circulação e troca de novos saberes, conhecimentos e procedimentos na IEI, enriquecendo o seu currículo.

Entretanto, devem também ser previstas situações que respeitem a privacidade das crianças, acolhendo a sua opção de ficar sozinha em alguns momentos.

É importante, além disso, pensar em posturas e estratégias do professor para garantir a inclusão de todas as crianças na IEI, independentemente de raça, cor, gênero, credo ou de serem portadoras de alguma necessidade especial. Assim, deve sempre ser cultivado o respeito, a tolerância, a solidariedade e a cooperação em todas as relações estabelecidas no interior da instituição.

É fundamental, também, que o documento do PPP explicita como é pensado o momento de *inserção e acolhimento* das crianças na instituição. Esse período inicial da criança na instituição, que se costuma chamar de período de adaptação, é crucial tanto para a ela quanto para as famílias, pois a criança sai, em geral, de um ambiente seguro, mais restrito, para ingressar num terreno mais amplo, incerto e desconhecido. Longe da família, ela precisa de tempo e de acolhimento para criar novas referências e sentir-se segura.

Por fim, a integração das crianças num *grupo* é um outro aspecto que deve ser levado em conta no PPP da IEI. Para tanto, é fundamental pensar na atuação do professor (a) para mediar os conflitos, criar estratégias para a integração das crianças no grupo, estimular o respeito às diferenças, enfim, favorecer a interação entre elas.

3.5.5. Organização das metodologias

A descrição das metodologias nos Projetos Político-Pedagógicos das IEI deve especificar as formas de desenvolver o trabalho de cuidar das crianças e educá-las, no cotidiano, a partir de opções do(a) professor(a) e da instituição, em relação a procedimentos, posturas, atitudes, estratégias e ações, possibilitando a dinamização do currículo.

Embora essas maneiras de trabalhar sejam mais evidentes no cotidiano do(a) professor(a) junto às crianças, elas também estão presentes na organização institucional.

Pensando no trabalho institucional, o planejamento de oficinas envolvendo todos(as) os(as) professores(as) e nas quais as crianças tenham liberdade de escolher em qual desejam participar, as rodadas envolvendo todas as turmas, os intercâmbios diversos entre grupos de diferentes idades são formas de trabalhar que envolvem opções metodológicas de trabalho da instituição.

É importante ter claro que são as opções metodológicas daqueles que atuam na mediação das relações das crianças com o mundo e com seus pares da mesma idade, ou com pessoas de diferentes idades, que contribuirão para que elas aprendam maneiras de ser, de estar, de fazer, de conviver e de conhecer. Essa mediação se dá através de diferentes formas de trabalho que vão sendo construídas na prática cotidiana.

Nessa construção, é fundamental que a instituição como um todo, e cada professor(a) individualmente, parta sempre dos direitos, necessidades e interesses das crianças, ouvindo-as cada vez mais e estando atento(a) às suas diferentes manifestações em todos os momentos do cotidiano, procurando melhor conhecê-las.

As metodologias não constituem formas de trabalho cristalizadas, mas maneiras de atuar com as crianças que vão sendo construídas na prática cotidiana e modificadas nas diferentes situações com as quais professor(a) e criança vão se defrontando. Dessa maneira, podemos entender que metodologia é forma de trabalhar os conteúdos.

É muito comum na educação infantil o trabalho com atividades isoladas, muitas vezes descontextualizadas ou ligadas a datas comemorativas. Por exemplo: pintar um desenho

de índio só por que naquele dia se comemora o Dia do Índio. Muitas vezes, também a metodologia é escolhida ante a necessidade do(a) professor(a) de trabalhar uma área de conhecimento ou de desenvolvimento. Assim, é bastante recorrente transformar as provas piagetianas em atividades para trabalhar matemática ou o desenvolvimento cognitivo, sem a preocupação com o sentido e o significado dessas atividades para as crianças.

Selecionar aquelas metodologias que sejam mais significativas e apropriadas à faixa etária das crianças e que provoquem sua curiosidade e o desejo delas de agir sobre o mundo, requer do(a) professor(a) diferentes maneiras de trabalhar. Vale lembrar que essas metodologias devem promover a interação entre as crianças e possibilitar a exploração dos espaços e dos objetos, ao mesmo tempo em que devem levar em consideração suas necessidades de brincar e de se expressar por meio de diferentes linguagens. Nessa perspectiva, é fundamental que as formas de trabalhar sejam coerentes com as concepções de criança, de educação e de desenvolvimento/aprendizagem que foram definidas no PPP da instituição.

Com as crianças pequenas, embora as metodologias de trabalho possam ser as mesmas, o(a) professor(a) deve ter claro que quanto menor forem os meninos e as meninas do grupo, maior será a sua intervenção. Nesse sentido, ele(ela) precisará estar mais atento aos gostos e preferências das crianças, aos seus gestos, expressões, choros e manifestações de alegria, prestando atenção nas interações delas com seus pares, tentando entender os conteúdos dessas diversas linguagens.

As crianças menores, pelas próprias características da fase de desenvolvimento em que se encontram, ainda não conseguem comunicar, por meio de palavras, os seus questionamentos intelectuais sobre o mundo que as cerca, mas elas nos mostram, nas suas ações ou na receptividade que manifestam em relação às propostas que fazemos, seus interesses e suas possibilidades. A partir da observação das reações delas, o(a) professor(a) poderá fazer propostas que lhes sejam significativas. Desse modo, o(a) professor(a) poderá desenvolver, com qualquer faixa etária, projetos de trabalho, oficinas ou ateliês, seqüências de atividades ou até mesmo atividades isoladas, desde que sejam significativas para as crianças. Cabe a ele(a) escolher as metodologias de acordo com a faixa etária das crianças, adequando-as à natureza do trabalho, ao tipo de temática ou aos conteúdos que pretende desenvolver ou, ainda, aos tempos e espaços disponíveis à sua realização. É possível também que, no seu trabalho, faça uso de todas essas formas.

Projetos de trabalho

Nessa forma de trabalho, todas as ações são organizadas de maneira conjunta e cooperativa, envolvendo o(a) professor(a) e as crianças, tendo em vista responder a alguma questão ou necessidade que tenha sido suscitada pela curiosidade da criança, pelo seu desejo de fazer ou de resolver algum problema colocado pela realidade social ou natural. Nessa situação, ao lidarem com a complexidade da realidade, emergem conteúdos das mais diversas naturezas, necessários à compreensão, à resolução de um

problema ou à realização de algum empreendimento. Assim, vários conhecimentos e aspectos da formação humana são trabalhados, não se podendo delimitar, previamente, os conteúdos que surgirão. O importante é que as crianças sejam instigadas em sua curiosidade e em seu desejo de agir sobre o mundo, a perguntarem, explorarem, argumentarem, decidirem coletivamente. Dessa forma, aprenderão que as fontes de informação são diversas e, assim, estabelecerão relações entre os vários conhecimentos e construirão uma relação prazerosa com o conhecimento, uma vez que ele tem sentido e significado para elas.

Alguns projetos nascem da curiosidade intelectual das crianças, em geral, na forma de questionamentos sobre o mundo que as cerca, como por exemplo:

Por que os dinossauros desapareceram da terra? Por que o sapo não mora na água salgada? Como é o fundo do mar? Existe Natal na China?

Outros nascem do desejo da criança realizar algo significativo, como: montar um supermercado ou salão de beleza; fazer um viveiro vivo; preparar uma festa de aniversário; construir brinquedos, fazer um livro de história.

Atividades significativas

Essas atividades, embora não tenham uma relação temática ou seqüencial com outras atividades, têm sentido e significado em si mesmas para o grupo de crianças, pois elas têm prazer em realizá-las ou mesmo porque compreendem o *para quê* de sua realização. Aqui, incluem-se atividades como o brincar, ouvir ou contar histórias, dançar, realizar experiências *científicas*, bem como, atividades ligadas aos cuidados corporais, ao aprendizado do auto-cuidado, dos valores e regras de convivência social.

Seqüência de atividades

Como vimos, as atividades significativas podem se esgotar nelas mesmas, ou seja, não terem continuidade posteriormente à sua realização. Já a idéia de seqüência pressupõe que uma atividade dá origem a outra, podendo envolver experiências diversas e conhecimentos de diferentes áreas. Portanto, refere-se ao desdobramento de uma atividade significativa em outra ou em várias outras. Vejamos este exemplo:

As crianças de um grupo de cinco anos, após retornarem de uma aula-passeio, sentaram-se na roda com a professora para conversar sobre as casas que observaram no bairro e, a partir daí, propuseram fazer uma maquete com caixas e outros materiais reciclados na qual aparecessem os diferentes tipos de casa do bairro em que moram. A atividade foi tão rica e envolvente e o produto tão interessante que a professora sugeriu convidarem outras turmas para conhecerem o bairro construído por eles.

Oficinas ou ateliers

Trata-se de uma metodologia que prevê um trabalho diversificado com atividades significativas, em que os grupos podem escolher com o que, com quem e onde irão trabalhar. A proposta das oficinas ou ateliers pode, também, partir do(a) professor(a), tendo em vista um produto coletivo ou desenvolvido cooperativamente. Por exemplo: o(a) professor(a), após contar uma história, pode combinar com o grupo uma dramatização. Para tanto, as crianças podem se organizar nos cantinhos, de acordo com seus interesses: um grupo pode assumir o papel de atores representando os personagens da história, outro pode confeccionar o figurino, outro fazer o cenário e outro, ilustrar os convites que farão para outra turma assistir a dramatização.

3.5.6. Organização dos instrumentos de trabalho

Organizar os instrumentos de trabalho das(os) professoras(es) no PPP de uma IEI significa explicitar as formas como irão organizar o *planejamento* de seu trabalho cotidiano junto às crianças, bem como a *avaliação* delas e de seu próprio trabalho. Significa, ainda, explicitar outros instrumentos que viabilizarão o planejar e o avaliar, dentre eles, a *observação* e o *registro*. Esses instrumentos devem ser coerentes com as concepções de criança, de desenvolvimento/ aprendizagem e de educação infantil que orientam a proposta.

Ressaltamos, porém, que esses instrumentos se entrecruzam, sendo indissociáveis e complementando-se mutuamente. Dessa forma, eles contribuem para que o(a) professor(a) perceba a singularidade e a integralidade das crianças; realize propostas de trabalho de acordo com o currículo; acompanhe o desenvolvimento das propostas, fazendo intervenções; promova a aprendizagem e o desenvolvimento de todas as crianças. Ao mesmo tempo, os instrumentos de trabalho devem contribuir para que as(os) professoras(es) reflitam, analisem, revejam e reorganizem sua prática.

O planejamento é o instrumento fundamental na previsão e organização do trabalho cotidiano do(a) professor(a) junto às crianças no que se refere aos objetivos, aos aspectos do currículo a serem contemplados, à organização dos tempos, dos espaços e materiais, das crianças e de suas formas de agrupamento, bem como em relação às metodologias para o desenvolvimento das ações de cuidar delas e educá-las. No entanto, é importante que ele seja sempre flexível para atender às situações imprevistas, bem como aos interesses e necessidades mais imediatos que surgem no cotidiano. Além disso, esse planejamento deve ser feito em sintonia com o planejamento institucional, articulando os tempos, espaços e materiais de uso coletivo.

Geralmente são elaborados diferentes tipos de planejamento: os planos anuais de trabalho, os planejamentos mensais, semanais e diários, bem como os projetos, as seqüências de atividades e as atividades significativas. Esses planejamentos devem ser articulados entre si. Para sua elaboração, algumas questões devem estar claras, como: o que planejar? para que planejar? para quem planejar? como planejar? quando planejar? com quem planejar?

Um aspecto fundamental a ser considerado ao elaborar o planejamento é a participação efetiva das crianças, uma vez que é planejando, coletivamente, o trabalho que elas aprendem a se organizar e começam a construir as noções de espaço e tempo e a dar sentido e significado aos trabalhos que realizam.

Um planejamento é sempre alimentado pelos registros do professor tanto em relação às suas reflexões sobre o trabalho pedagógico desenvolvido, quanto, principalmente, em relação ao próprio processo de desenvolvimento/aprendizagem das crianças obtido na relação próxima vivida cotidianamente com elas. Assim, é impossível falar em planejamento sem pensar em avaliação, uma vez que uma coisa não acontece sem a outra: planejamos a partir de uma avaliação inicial das crianças, realizada nos primeiros dias do ano e, a partir do desenvolvimento desse planejamento, avaliamos o trabalho desenvolvido, replanejamos e, assim, continuamente.

Avaliar é um processo que envolve conjuntamente as ações de selecionar, verificar, fazer comparações, julgar e decidir, tendo um caráter mediador e acolhedor que permite ao professor acompanhar a aprendizagem e o desenvolvimento dos sujeitos aprendizes. Por outro lado, possibilita a ele rever e aprimorar seu trabalho pedagógico. Nesse sentido, é importante que a avaliação nunca resulte de um único momento. Portanto, é fundamental que no PPP sejam previstos vários momentos para o professor avaliar tanto a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças, quanto o seu próprio trabalho. Além disso, esses dois níveis de avaliação não devem estar isolados da avaliação institucional e da avaliação do próprio PPP.

Afinal, avaliação envolve a nossa subjetividade. Assim, não deve ser feita por uma única pessoa. Dela devem participar: o(a) professor(a), os demais profissionais da IEI, os pais, as próprias crianças, cada um a seu modo. Por isso, parece-nos necessário que se explicite no PPP quem serão os envolvidos na avaliação, bem como suas formas e canais de participação.

Cumpre-nos lembrar que, na educação infantil, de acordo com a legislação, a avaliação não tem como objetivo a promoção, devendo ser contínua e processual, garantindo-se, para tanto, vários momentos e várias formas de acompanhar o processo de desenvolvimento de cada criança, comparando-a sempre com ela mesma e não com as outras.

A fim de viabilizar o planejamento, a avaliação e o replanejamento das ações, o recurso da observação deve ser pensado no PPP como valioso instrumento que nos possibilita olhar, ouvir as crianças, perceber suas expressões faciais, os seus gestos e outras manifestações corporais, bem como as diferenças entre elas. Para tanto, esse olhar deve ser estudioso, curioso, questionador, pesquisador. É com essas características do olhar que podemos acompanhar tanto o processo de cada criança individualmente quanto o dos pequenos grupos ou do grupo como um todo.

Para dar concretude ao que observamos, é necessário fazer o registro, que deve ser compreendido como instrumento que permite reflexão, maior e melhor organização do

pensamento e, ao mesmo tempo, possibilita retratar e socializar as histórias dos sujeitos e da instituição. Há uma riqueza de documentação a nossa disposição tanto para registrar o processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, quanto o trabalho do(a) professor(a). Essas funções do registro, bem como as formas variadas de fazê-lo devem ser previstas no PPP da IEI, lembrando que cada uma delas traz concepções distintas sobre criança, desenvolvimento/aprendizagem e educação infantil.

Uma das formas de registro de uso mais comum nas IEI tem sido as fichas de avaliação da criança. Embora possibilitem uma avaliação mais objetiva e sistemática, podem direcionar, excessivamente, o olhar do(a) professor(a), impedindo que ele(a), na sua preocupação de observar aspectos previamente definidos, deixe de considerar na sua avaliação aspectos inusitados que são apontados pela criança todos os dias e que, às vezes, não estão previstos nesse instrumento.

Outro risco das fichas de avaliação diz respeito ao fato de que alguns(algumas) professores(as), ao contrário de observarem e registrarem aspectos do desenvolvimento/aprendizagem das crianças, no processo e no contexto das atividades cotidianas, submetem-nas a verdadeiros testes para verificar esses aspectos. Daí, as notas, conceitos ou outras formas de classificação.

Além disso, essas fichas, pelo seu excesso de objetividade, acabam induzindo o(a) professor(a) a dizer o que a criança tem ou não tem, o que ela é ou não é, e a avaliar apenas o produto do seu trabalho. Dessa maneira, desconsideram os processos vividos pelas crianças e tomam, como padrão para realizar essa avaliação, um modelo abstrato de criança. Assim, não contribuem para o efetivo acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças concretas com as quais trabalham.

Dentre as formas de registro mais coerentes com a legislação e com o conhecimento científico produzido na área da Educação Infantil, podemos citar as seguintes:

Caderno de planejamento e avaliação do professor – Esse caderno, denominado por alguns diário ou diário de bordo, por outros cadernos de registro do(a) professor(a), é um espaço com o qual todos os dias esse profissional deve interagir para elaborar seu planejamento diário, suas avaliações, reflexões e dúvidas.

É nesse caderno que o professor também vai registrando os acontecimentos cotidianos, planejando as atividades, revendo e reformulando o trabalho, refletindo criticamente sobre os acontecimentos e sobre suas atitudes com relação às crianças, relacionando sua prática com as teorias que sustentam seu trabalho, teorizando sobre sua própria prática e avaliando a criança em função do que planejou no dia anterior.

Cadernos de avaliação das crianças – Nesses cadernos de avaliação, o(a) professor(a) vai registrando os aspectos mais significativos do desenvolvimento/aprendizagem das crianças, resultantes de suas observações durante as atividades cotidianas. Os aspectos a observar e a definição de critérios para essa observação e registro devem ser levantados e

discutidos no momento de elaboração do PPP. Daí, poderá originar um roteiro, que deve ser sempre provisório, permanecendo sempre aberto à inclusão de outros itens, pois as crianças são diferentes e podem apresentar aspectos que não foram considerados.

Uma maneira interessante de organizar esse caderno de avaliação é o professor destinar algumas páginas a cada uma das crianças do grupo e, no início do ano, observar e registrar tudo que considerar importante em relação à criança: sua maneira de ser; suas preferências; sua interação com os adultos, com os seus pares. Além disso, o professor deve levar em conta as questões de gênero, sexualidade e etnia; formas de participar, de pensar e de falar; os gestos e movimentos que consegue realizar; as formas como utiliza outras linguagens; os conhecimentos científicos e cotidianos que manifesta, entre outros. Isso costuma ser denominado *avaliação diagnóstica*.

A partir daí, ao longo do ano letivo, sistemática e persistentemente, o(a) professor(a) deverá observar cada criança em relação a esses e a outros aspectos que julgar importantes e, periodicamente, registrar suas observações. Isso lhe permitirá acompanhar o processo de aprendizagem/desenvolvimento de cada criança.

É possível também registrar frases ditas pelas crianças, colar fotos que evidenciam suas conquistas, algum desenho ou escrita significativa, registrar seus progressos e também os aparentes retrocessos.

Esses registros do acompanhamento dos processos vividos pelas crianças, além de contemplarem o que é previsto na LDBEN sobre a avaliação das crianças da Educação Infantil, oferecem ricos subsídios para o planejamento e o replanejamento do trabalho, além de trazer elementos para a elaboração de relatórios individuais do desenvolvimento e aprendizagem das crianças. Esses relatórios serão enviados, discutidos ou comunicados às famílias para também acompanharem o processo de aprendizagem de seus filhos.

Portfólio – O portfólio é um instrumento no qual podemos materializar a história da criança em todos os aspectos de sua vida. Ele permite registrar sua trajetória e suas realizações. O portfólio da criança registra o seu percurso individual em determinado período ou durante a realização de um projeto de trabalho. É isso que determina que o portfólio de cada criança seja diferente.

Nele devem ser registrados todos os momentos significativos do trabalho desenvolvido com a criança, podendo fazer uso de: fotografias, entrevistas com os(as) antigos(as) professores(as), pauta de reunião com os pais, relatórios, relatos dos pais, bilhetes, desenhos, pinturas e outras amostras dos trabalhos das crianças com comentários do(a) professor(a), entre outros materiais que julgarmos necessários para registrar o percurso da criança. As crianças também podem participar da elaboração de seu portfólio, tendo o(a) professor(a) ou os pais como escribas ou utilizando outras linguagens, como o desenho.

Tendo em mãos registros e dados reais sobre nossas crianças, poderemos avaliar o progresso alcançado e prever estratégias e possibilidades para que continuem se desenvolvendo. Isso nos permitirá replanejar o trabalho e as intervenções específicas possíveis nas interações que com elas forem estabelecidas na IEI.

Livro da vida – É um tipo de avaliação coletiva que contém a história do grupo e seu percurso de aprendizagem durante determinado período, suas realizações, produções, avanços, entre outros. Os registros são feitos coletivamente, tendo, em geral, o(a) professor(a) como escriba.

3.5.7. Organização dos profissionais - condições de trabalho

Explicitar no PPP a *Organização dos profissionais da Educação Infantil* significa tratar do perfil, da habilitação, das atribuições, da seleção, das condições de trabalho dos profissionais que atuam na IEI e de como esses elementos se articulam, interferindo na qualidade das ações desenvolvidas. Devem constar, também, no PPP os vários profissionais que trabalham na instituição: professores, coordenadores, diretores, cozinheiras, responsáveis pela limpeza, entre outros.

É necessário considerar ainda que, embora já exista hoje uma definição legal sobre quem é o profissional que atua diretamente com as crianças de 0 até 6 anos – o(a) professor(a) – e sobre a habilitação exigida para essa atuação (LDB 1996), o seu perfil, suas atribuições e sua identidade ainda se encontram em construção. Assim, para a definição dessa identidade, alguns quesitos são fundamentais: garantia de condições adequadas de trabalho, de valorização profissional e de formação continuada. Tudo isso interfere, de forma decisiva, na prática cotidiana.

Ressaltamos que grande parte dos direitos e condições de trabalho dos profissionais não se restringe às discussões no espaço da IEI. Muitas questões relacionadas à profissionalização e à valorização, como planos de carreira (no caso de profissionais da Rede Pública), incluindo incentivos financeiros e piso salarial, entre outros, não se resolvem apenas na instituição. As conquistas dos profissionais em relação a essas questões resultam da organização e da capacidade de organização da categoria, quer pela via do poder público, quer pela via sindical, quer, ainda, pela articulação com os movimentos sociais dos trabalhadores em geral.

Contudo, é fundamental que, na elaboração do Projeto Político-Pedagógico, sejam descritas formas de participação de todos os profissionais. Desse modo, deve ser previsto, na carga horária da IEI, tempo para essas discussões em torno do PPP, além de momentos mais específicos de formação continuada que permitam a troca de experiências e o aprofundamento teórico e prático, tendo em vista a dinamização do currículo. Para tanto, é imprescindível, ainda, que sejam feitos investimentos na aquisição de acervo bibliográfico para consulta e estudos dos profissionais.

Além disso, é necessário que sejam estipulados no PPP tempos para planejamentos individuais e coletivos, para registros e elaboração de relatórios, bem como para

articulação do trabalho entre profissionais que trabalham com as mesmas crianças ao longo do dia. Como nem todos podem estar fora de sala ao mesmo tempo, é preciso que sejam planejadas formas de agrupamento desses profissionais, para que, em pequenos grupos e de forma compartilhada, possam desenvolver ações imprescindíveis ao bom andamento da prática pedagógica, sem prejuízo para as crianças e para o bom funcionamento da instituição..

3.5.8. Organização do trabalho com a família e a comunidade

Tratar da participação da família no Projeto Político-Pedagógico da IEI significa explicitar maneiras de a família participar, efetivamente, da instituição, tanto numa perspectiva institucional mais ampla, com a criação de canais permanentes de participação, quanto no desenvolvimento do trabalho cotidiano do professor, envolvendo a comunicação constante e o acompanhamento das ações desenvolvidas com os grupos de crianças.

A LDB, no seu artigo 29, ao tratar da relação da família com a comunidade, preconiza que a educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, complementando a ação da família e da comunidade. Assim, não podemos perder de vista que os pais são os primeiros educadores das crianças e, após o ingresso delas na IEI, eles devem ser os principais parceiros da instituição. Também devemos ter claro que, para exercer essa ação complementar, é preciso que a IEI possua um conhecimento profundo da família na qual essa criança vem se constituindo, tanto em relação às suas condições de vida e de trabalho, quanto em relação às suas crenças, formas de lazer, valores, costumes, hábitos, dúvidas e certezas, necessidades e expectativas em relação à instituição.

Assim sendo, no momento de elaboração do PPP, seus participantes devem buscar formas de conhecer essas famílias na sua diversidade, tendo clareza das inúmeras mudanças ocorridas na estrutura e nas relações familiares nos últimos anos. Dessa maneira, não existe hoje um modelo único de família nem a instituição pode querer enquadrar todas elas segundo um padrão de participação.

Afinal, existem inúmeros espaços já institucionalizados nas IEI para a participação das famílias, tais como: colegiados, clubes de mães, associações de pais e professores, entre outros. Cada IEI terá que encontrar, com o coletivo, as formas mais adequadas de aproximação e de trabalho conjunto na tarefa de cuidar das crianças e educá-las.

Além das formas já conhecidas de participação dos pais na escola, existem outras que podem ser reinventadas em cada IEI. Com certeza, todas elas trarão ricos elementos da cultura das crianças. Com efeito, o envolvimento das famílias nas atividades e projetos de trabalho das crianças, pode ocorrer de diferentes maneiras: acompanhando o desenvolvimento dos filhos, pontuando suas expectativas, avaliando constantemente a prática pedagógica, ensinando-lhes coisas interessantes que sabem fazer, como tocar um instrumento, fazer bonecas de pano, contar uma história etc.

No que se refere à explicitação no PPP das articulações entre IEI e a comunidade, do

ponto de vista institucional, significa pensar em formas de organizar a busca de conhecimento sobre a comunidade próxima à instituição e sobre a cidade, de maneira mais ampla, tendo em vista o enraizamento, cada vez maior, da instituição na comunidade, as articulações e o estabelecimento de parcerias com órgãos e instituições públicas e privadas. Para isso, é fundamental que seja feito um mapeamento sociocultural do bairro no qual a IEI está localizada, para que o coletivo tome conhecimento de todos os bens e serviços disponíveis que beneficiarão as crianças e suas famílias.

Pensar nessa articulação, do ponto de vista do trabalho cotidiano, significa explicitar as várias formas de possibilitar às crianças, simultaneamente, a construção do sentimento de pertencimento a uma comunidade próxima, que as reconhece e as protege, e o significado de ser cidadão, na perspectiva de pertencer a uma cidade que garante seus direitos fundamentais.

Nesse sentido, são muito importantes as articulações com outras instituições educacionais, como, por exemplo, as escolas de ensino superior. Estas podem ser parceiras tanto na formação continuada de professores, quanto na realização de pesquisas, projetos de extensão e estágios de seus alunos.

Outra articulação, também fundamental, para o pleno desenvolvimento das crianças é o estabelecimento de parceria com o setor saúde. O Sistema Único de Saúde (SUS) prevê a assistência integral das crianças de 0 a 6 anos dentro das Unidades Básicas de Saúde. Nesse sentido, é dever da IEI: identificar as Unidades Básicas de Saúde mais próximas; conhecer o funcionamento delas e apropriar-se de algumas informações que são úteis no dia-a-dia; saber quais os tipos de serviços de saúde oferecidos – vacinas, curativos, serviços de puericultura, pré-natal, planejamento familiar, ginecológico, médico, odontológico, distribuição de medicamentos, ações de promoção de saúde e serviço de urgência; informar sobre a oferta de ações, serviços e profissionais responsáveis pelo cuidado de saúde das pessoas. Essas informações afixadas em local visível na IEI facilitam as ações em caso de emergência com as crianças ou adultos durante o dia de trabalho e, ainda, podem ser divulgadas para as mães ou responsáveis pelas crianças.

A partir dessa articulação, as professoras da IEI, em conjunto com as famílias e os profissionais de saúde, tornam-se um dos elos que formam uma rede de assistência e atenção integral às crianças. Assim, quando da presença de problemas de saúde que não podem ser resolvidos no espaço da IEI, os encaminhamentos para os profissionais de saúde se fazem necessários.

Contudo, essas formas de articulação não se estabelecem espontaneamente; necessitam ser planejadas, organizadas, para que possam, efetivamente, ser produtivas para ambas as instituições, resultando em melhoria do projeto educativo da IEI.

3.5.9. Articulação da Educação Infantil com o Ensino Fundamental

Explicitar no PPP a articulação da Educação Infantil com o Ensino Fundamental tem como objetivo, do ponto de vista institucional, possibilitar o diálogo entre essas duas instâncias educacionais. Do ponto de vista do trabalho cotidiano junto às crianças, significa apontar as estratégias e atividades que possibilitem a continuidade no processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças, facilitando-lhes vivenciar esse *ritual de passagem*, sem causar rupturas que provoquem, nelas e em suas famílias, ansiedade e insegurança.

Pensar nessa continuidade implica propiciar a progressiva afirmação da identidade e do protagonismo da criança como sujeito e não como aluno, tendo como eixo de trabalho as experiências da cultura que compõem o currículo de ambas as etapas, e não apenas os conhecimentos escolares. Assim, é importante que as crianças possam continuar brincando e se expressando por meio das múltiplas linguagens, sendo cuidadas e tendo oportunidade de construir valores éticos e estéticos. Além disso, falar em articulação pressupõe acordo entre as duas partes, portanto, um processo de mão dupla. No caso de duas etapas subseqüentes da educação, envolve o diálogo entre as instituições, ou turmas da mesma instituição, que oferecem a Educação Infantil e os primeiros anos do Ensino Fundamental.

Não podemos esquecer, porém, que nem todas as crianças têm acesso à educação infantil, uma vez que não se trata de uma etapa obrigatória. Portanto, não cabe pressupor conhecimentos e experiências adquiridos em instituições educacionais, anteriormente ao seu ingresso no Ensino Fundamental. Para as crianças que freqüentam a Educação Infantil, a avaliação por meio do registro de seu processo de aprendizagem e desenvolvimento deve constituir um importante instrumento para a articulação com o Ensino Fundamental.

3.5.10. Formas de gestão institucional

A especificação no PPP das formas de gestão institucional requer definir o planejamento geral da IEI, de forma articulada com o regimento interno. Requer, também, prever maneiras de avaliar o PPP e seu desenvolvimento no cotidiano institucional de forma integrada, envolvendo a avaliação do desempenho de todos os profissionais, da participação dos pais e da própria forma como a instituição está sendo gerida administrativa e pedagogicamente.

Para realização de uma gestão participativa, democrática e transformadora, a instituição deve prever, no seu PPP, estratégias para o compartilhamento de decisões e informações, visando à transparência das ações desenvolvidas no seu processo. Deve também prever formas para a efetiva implementação das ações que foram decididas coletivamente.

Outro aspecto de importância fundamental na explicitação das formas de gestão institucional diz respeito às múltiplas relações que se estabelecem entre os diversos

atores envolvidos no trabalho, a saber: entre gestores e demais profissionais; entre os profissionais, família e comunidade; entre os quadros administrativos, técnicos pedagógicos e aqueles da limpeza, cozinha, segurança e manutenção; e entre os profissionais e as crianças, principalmente, entre professores e crianças. Essas relações devem ser permeadas por atitudes de respeito, tolerância, solidariedade e cooperação, propiciando a participação de todos os envolvidos, bem como, favorecendo-lhes o comprometimento.

Por fim, na elaboração do item sobre gestão no PPP, é fundamental que os profissionais da IEI discutam essa questão apoiando-se na legislação pertinente. A legislação garante o direito de todos à educação e define que esse direito deva ser concretizado por meio de uma gestão institucional que se pautar por princípios da igualdade, liberdade, pluralismo, valorização dos profissionais e garantia de padrões de qualidade. Além disso, nas instituições públicas, deve ser garantida a gratuidade de ensino e a gestão democrática com a participação de toda a comunidade escolar.



4. CONCLUSÃO

Consideramos importante que todos esses aspectos sejam explicitados no Projeto Político-Pedagógico, orientando uma prática coerente e rica em uma Instituição de Educação Infantil que, de fato, cuide das crianças de 0 a 6 anos e as eduque.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel Os educandos seus direitos e o Currículo. In Indagações sobre o Currículo. DPE/MEC. (s.n.) Brasília, 2006 (versão preliminar)

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988.

BRASIL. *Lei n.8060, de 13 de julho de 1990*: Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASIL. *Lei n.9.394/96, de 20 de dezembro de 1996*: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Coleção PROINFANTIL. Brasília: MEC, SEB, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Política nacional de educação infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação*. Brasília: MEC/SEB, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. PARECER CNE /CEB n. 22 de 17 de dezembro de 1998. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil*. Brasília: Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. 17 dez.1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento da Política de Educação Fundamental. Coordenação Geral de Educação Infantil. *Proposta pedagógica e currículo em educação infantil: um diagnóstico e a construção de uma metodologia de análise*. Brasília: MEC/SEF/DPEF/COEDI, 1996. 114 p.

CARVALHO, Alysso et al. *Saúde da Criança*. Editora UFMG, 2005.

CARVALHO, Mara Campos de Carvalho, MENEGHINI, Renata. Estruturando a sala. In: ROSSETI Ferreira, Maria Clotilde et al. *Os fazeres da educação infantil*. São Paulo: Cortez, 1998.

CECIP/ASBRAC. *Creche saudável*. Rio de Janeiro, Centro de Criação da Imagem Popular-CECIP, 1997.

CONTAGEM. Cadernos de Educação Infantil: orientações para elaboração e reelaboração do Projeto Político Pedagógico da Educação Infantil, Contagem, 2007

CRAIDY, Carmem, KAERCHER, Gladis E. *Educação infantil: para que te quero?* Porto Alegre: Artmed, 2001.

DIAS, Fátima R. Teixeira de Salles Dias, FARIA, Vitória Barreto de. Projeto político-pedagógico e dinâmica do cotidiano na educação infantil. *In: MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. Veredas: formação superior de professores. Módulo 7. Volume eletivo 1.* Belo Horizonte: SEE, 2005.

DIAS, Fátima R. Teixeira de Salles Dias; FARIA, Vitória Barreto de. As instituições de educação infantil e a construção de propostas pedagógicas. *Presença Pedagógica*. Belo Horizonte, v. 10, n. 56, mar./abr. 2004.

DUTOIT, R. A interação de crianças de idades diferentes como conteúdo da educação infantil. *Revista Criança*, Brasília: MEC, 1999.

FARIA, Vitória. L. Barreto *Os projetos de trabalho no cotidiano da educação infantil*. Belo Horizonte: (s.n.), 2001.

FREINET, Célestin. *A Pedagogia do Bom Senso*. São Paulo: Martins Fonte, 1996.

FREINET, Célestin. *Para uma escola do povo: guia para a organização material, técnica e pedagógica da escola popular*. Lisboa Editorial Presença, 1978.

FREIRE, Madalena. *Observação, registro, reflexão: instrumentos metodológicos I*. 2. ed. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1996. (Série Seminários)

GOULART, Maria Inês Mafrá. Metodologias inovadoras: um desafio para a educação infantil. *Infância na Ciranda da Educação*, Belo Horizonte, n. 4, p. 22-32. fev, 2000.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares. INFÂNCIA Sociedade e Cultura. In Desenvolvimento e aprendizagem. CARVALHO, Alysson C; GUIMARÃES, Marília; SALLES, Fátima (Org). *Desenvolvimento e aprendizagem*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade*. 23. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação mito e desafio: uma perspectiva construtivista*. 29. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

KRAMER, Sonia. *Profissionais de educação infantil: gestão e formação*. São Paulo: Ática, 2005.

KRAMER, S. A criança de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil é fundamental. *Educação e Sociedade*, v. 27, n. 96, p. 797-818, 2006.

KRAMER, S. A infância e sua singularidade. In: BRASIL. Ministério da Educação. *Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de 6 anos de idade*. Brasília, DF, 2006. p. 19-21.

KRAMER, S. Propostas pedagógicas ou curriculares de educação infantil: para retomar o debate. In: 24ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED. Caxambu, 2001.

KRAMER, Sonia. Direitos da criança e projeto político pedagógico de educação infantil. In: BASÍLIO, Luiz Cavalieri; KRAMER, Sonia. *Infância, educação e direitos humanos*. São Paulo: Cortez. 2003.

KRAMER, Sonia. Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie. In: BASÍLIO, Luiz Cavalieri; KRAMER, Sonia. *Infância, educação e direitos humanos*. São Paulo: Cortez. 2003.

KRAMER, Sonia. Propostas pedagógicas ou curriculares: subsídios para uma leitura crítica. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 18, n. 60, dez. 1997.

LEÃO, Enio et al. *Pediatria Ambulatorial*. Belo Horizonte, Coopemed, 3ª ed. 2006.

LIMA, Elvira Souza. Currículo e Desenvolvimento Humano. In: Indagações sobre o Currículo, DPE/MEC Brasília: (s.n.), 2006. (versão preliminar).

MACHADO, Maria Lúcia de A. (Org.). *Encontros e desencontros em educação infantil*. São Paulo: Cortez, 2002.

MOREIRA, Antonio Flávio e CANDAU, Vera. Currículo, conhecimento e Cultura. DPE/MEC, Brasília, (s.n.) 2006 (versão preliminar)

MOURA, Maria Martha Duque de et al. *Manual de saúde para a creche*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 1996.

MOVIMENTO INTERFÓRUNS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO BRASIL. *Educação Infantil: construindo o presente*. Campo Grande/MS: EFMS, 2002, 199 p.

OLIVEIRA, Zilma Ramos. *Educação Infantil: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2002.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. *Deixando marcas: prática do registro no cotidiano da educação infantil*. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. Coordenação Pedagógica de Educação Infantil. *Orientações para(re)elaboração, implementação e avaliação de proposta pedagógica na educação infantil*. Curitiba, 2006.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. Coordenação Pedagógica de Educação Infantil. *Seleção e organização dos conteúdos conhecimentos e metodologias para o trabalho pedagógico na educação infantil*. Curitiba, 2006. (mimeo)

ROSSETI Ferreira, Maria Clotilde *et al.* *Os fazeres da educação infantil*. São Paulo: Cortez, 1998.

ROSSETI Ferreira, Maria Clotilde. *A necessária associação entre educar e cuidar*. Revista Pátio- Educação Infantil. Ano I. Nº1. Porto Alegre: Artmed Editora S.A. Abril/Julho 2003.

SACRISTÁN, José Gimeno. A educação que temos, a educação que queremos. *In*: IMBERNÓN, F. *A educação do século XXI: os desafios do futuro imediato*. Tradução de Ernani Rosa. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. p. 37-63.

VASCONCELOS, Mara *et al.* Coleção Proinfantil. Módulo III, Unidade 06, Livro de Estudo v. 6. Vitória L. Barreto de Faria, Karina R. Lopes, Roseana P. Magalhães (orgs). Brasília, Secretaria de Educação Básica, Secretaria de Educação a Distância, 2006 .

ZABALZA, Miguel A. *Qualidade em educação infantil*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

ORIENTAÇÃO DE ESTUDO



ATIVIDADE 1

A frase do texto abaixo, em negrito, explicita o conceito de Projeto Político-Pedagógico e, ao mesmo tempo, constitui uma síntese do conteúdo apresentado. Após a leitura do texto, identifique os pontos apresentados na frase, em negrito, e discuta-os com base nos argumentos do próprio texto e na legislação nele indicada:

*“Podemos compreender a elaboração de um Projeto Político-Pedagógico como a busca de **construção da identidade, da organização e gestão do trabalho** de cada Instituição Educativa. O projeto reconhece e legitima a instituição educativa como histórica e socialmente situada, constituída por sujeitos culturais, que se propõem a desenvolver uma ação educativa, a partir de uma **unidade de propósitos**, onde se compartilham crenças, desejos, valores, concepções. Esses definem seus princípios e vão delineando, num processo de avaliação contínua e marcado pela **provisoriedade**, suas metas, objetivos, suas formas de organização e suas ações. É um documento de **compromisso**, uma vez que sua elaboração e acompanhamento prevêem a participação de toda a comunidade escolar. Em se tratando de uma **produção coletiva**, o grupo que o elaborou deve se comprometer com as questões ali registradas”.*

ATIVIDADE 2

Procure conhecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, definidas pelo CNE em 1999 e responda: Por que, em quais aspectos e como essas Diretrizes devem subsidiar a elaboração dos PPP das IEI?

ATIVIDADE 3

Os Conselhos de Educação definem, em suas Resoluções, os elementos que constituem os PPP das IEI. Pesquise sobre a Resolução que orienta essa elaboração no seu município e compare com os elementos propostos no texto. Em seguida, comente essas semelhanças e diferenças.

ATIVIDADE 4

O texto afirma que “em qualquer nível de ensino, o ato de educar deveria estar associado ao ato de cuidar”. Justifique essa afirmativa e dê exemplo de situações relativas à educação infantil e aos outros níveis de ensino.

ATIVIDADE 5

Imagine um grupo de crianças de 0 até 6 anos de idade do município onde você mora:

- A) Caracterize essas crianças, tendo em vista as especificidades de desenvolvimento delas e as atividades que realizam no cotidiano – o que fazem, como fazem, de que e com quem brincam, produções culturais que têm acesso e outros.
- B) Levante os conhecimentos dessas crianças que podem ser incluídos no currículo da Instituição de Educação Infantil que freqüentam.

ATIVIDADE 6

Desenhe e descreva o espaço e os materiais de uma sala de atividades dessa IEI, justificando esses arranjos organizados por você.

ATIVIDADE 7

Identifique na LBBEN o que é proposto para a avaliação na Educação Infantil. Copie o que está na Lei e, com base nessa previsão legal, proponha e explicita alguns instrumentos adequados para avaliar essas crianças.

ATIVIDADE 8

A educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, complementando a ação da família e da comunidade. Comente as implicações práticas dessa afirmação para a Proposta Político-Pedagógica de uma IEI.

Para responder as questões a seguir, recomendamos, além da leitura desse texto, a consulta aos livros *Pediatria Ambulatorial, Coleção Pró-infantil e Saúde da Criança*. A leitura desses textos auxiliarão na composição de um referencial teórico sobre os cuidados e ações de saúde importantes para o crescimento saudável das crianças de zero até seis anos. Além disso, em cada texto há orientações práticas sobre o encaminhamento e soluções de acidentes e, também, principais problemas de saúde das crianças.

ATIVIDADE 9

Identifique os principais problemas de saúde das crianças que freqüentam instituições de Educação Infantil, bem como as formas de prevení-los.

ATIVIDADE 10

Leia os livros indicados (*Pró-infantil e Saúde da Criança*) e comente sobre a prevenção dos principais acidentes domésticos numa IEI.

RESPOSTAS

ATIVIDADE 1

A elaboração do PPP pode ser compreendida como busca **de construção da identidade** de uma IEI pelo fato que, em sua discussão, o grupo elaborador discute, necessariamente, todos os aspectos envolvidos na ação pedagógica e organiza um documento que deve representar as concepções e anseios de um determinado grupo, focado em uma dada realidade. É nesse sentido que o grupo define também as **formas de organização e gestão do trabalho pedagógico**, buscando para tanto embasamento teórico, historiando e diagnosticando cada um dos elementos organizativos da IEI, bem como, definindo metas a serem alcançadas. Para que esse documento cumpra seu papel em uma IEI é necessário que haja uma **unidade de propósitos** isto é que seja representativo da vontade e das propostas da comunidade escolar. No que se refere a provisoriamente do PPP a escola deve ter clareza de que esse é um trabalho que nunca acaba pois precisa constantemente ser avaliado, revisto e reformulado uma vez que o contexto também é modificado e novos conhecimentos são produzidos.

Assim, o momento de elaboração do documento de PPP é o momento dos envolvidos compartilharem idéias e conhecimentos, de comprometerem com o documentado e, sobretudo, definirem metas comuns a serem alcançadas, por isso mesmo o PPP é documento de **compromisso**. Sendo uma **produção coletiva** a elaboração do PPP deve envolver toda a comunidade escolar: professores, gestores, demais profissionais da IEI, bem como, pais e alunos. A maior participação garantirá a riqueza do processo e o compromisso dos envolvidos.

ATIVIDADE 2

As Diretrizes Curriculares Nacionais do CNE são mandatórias, isto é, devem ser cumpridas em todo o País, por isso esse documento deve ser consultado no momento de elaborar os PPP.

Nas DCNEI estão definidos os princípios éticos, políticos e estéticos norteadores da elaboração de propostas pedagógicas em uma sociedade plural e democrática como a sociedade brasileira. Além disso, esse documento contém definições sobre a importância de garantir, na elaboração do PPP, a identidade das IEI, dos seus profissionais e das crianças. Determina, ainda, que o PPP deve expressar o papel das IEI de cuidar das crianças de 0 a 6 anos e de educá-las, enfatizando a importância de levar em conta as possibilidades de atuar sobre seu desenvolvimento integral. Orienta, também, sobre a necessária articulação entre as diversas áreas do conhecimento e aspectos da vida cidadã. Trata ainda da avaliação por meio do acompanhamento do processo de desenvolvimento das crianças e sobre a formação necessária aos profissionais que atuam nessas instituições.

ATIVIDADE 3

Como resposta a essa questão, espera-se que as alunas estabeleçam um paralelo entre os elementos constituintes do texto elaborado pelas autoras e os elementos apontados pela Resolução que orienta a elaboração do PPP no seu município, dando destaque às diferenças e semelhanças entre os elementos propostos para o documento da IEI no que se refere à existência ou à ausência de itens comuns e do próprio conteúdo de cada um dos itens propostos.

ATIVIDADE 4

O termo educar tem a conotação de orientar, ensinar, possibilitar que o outro se aproprie de conhecimentos e valores que favoreçam seu crescimento pessoal, sua integração no ambiente e transformação do seu meio físico e social. Já o termo cuidar além de conter a idéia de preservação da vida, traz também a idéia de atenção, de acolhimento e envolve uma relação afetiva e de proteção. Logo, cumpre o papel de propiciar o bem-estar do outro, segurança, saúde e higiene.

O ato de educar sempre, em qualquer situação e em qualquer nível de ensino, deveria estar associado ao ato de cuidar, principalmente quando se trata de crianças pequenas. Quanto menor for a criança, maior deve ser a ênfase na integração desses dois aspectos. Mas, entendendo a educação como formação humana ou como um conjunto de ações que visam contribuir para tornar o outro humano ou, cada vez mais, um sujeito humano, essas duas dimensões não podem estar dissociadas em nenhum nível de ensino.

Espera-se que as alunas como complementação às suas respostas, usem exemplos de suas vivências pedagógicas pessoais.

ATIVIDADE 5

No item A, espera-se que as alunas evidenciem algumas características específicas das crianças dessa faixa etária como: dependência motora, afetiva e cognitiva do adulto; necessidade de movimentar nos espaços para descobrir possibilidades corporais; o brincar como forma privilegiada de interagir e conhecer o mundo; formas de pensar, de falar, de desenhar, de escrever que evidenciam momentos importantes do seu desenvolvimento em relação à estruturação das várias linguagens e do pensamento. Espera-se, ainda, que apontem alguns fazeres das crianças pequenas da sua comunidade: as atividades que realizam em casa e nas proximidades de casa (se assistem televisão, se têm acesso a computador, se ajudam em casa, se brincam com os irmãos ou com outras crianças da vizinhança, as brincadeiras que fazem parte do repertório delas); as atividades culturais da comunidade que participam (cultos religiosos, festas, eventos); outros espaços da cidade que freqüentam (bibliotecas, parques, museus, shoppings, etc)

No item B, espera-se que as alunas levantem conhecimentos formais e informais que poderiam ser trabalhados com essas crianças levando em consideração as especificidades do seu desenvolvimento, evidenciadas na caracterização feita; e na perspectiva de valorizar e ampliar as experiências vivenciadas pelas crianças no seu contexto de origem.

Enfim, espera-se que as alunas tenham compreendido que o currículo de uma IEI deve ser organizado a partir das crianças concretas que freqüentam essa instituição.

ATIVIDADE 6

Nos desenhos feitos e descritos pelas alunas, espera-se que sejam apresentados espaços acolhedores, que favoreçam a autonomia, a segurança, a auto-organização e as interações entre as crianças e com a professora.

Se for uma sala de atividades para crianças menores, a expectativa é que as alunas proponham espaços semi-abertos, com divisórias baixas e abertura, para criar zonas circunscritas bastante aconchegantes, em que tenham uma diversidade de materiais para ambientes diferentes. Essa organização permite à professora uma visão ampla de todo grupo, oferecendo segurança às crianças para interagirem entre elas, sem necessitar da direção e presença contínua do adulto.

Se o espaço for para crianças maiores, espera-se que elas proponham a criação de cantos diversos (faz-de-conta, leitura, artes, matemática etc) que possibilitam às crianças um trabalho diversificado e autônomo.

ATIVIDADE 7

No Artigo 31, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, define que :

“Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.”

Para possibilitar esse acompanhamento, de forma adequada, existem vários instrumentos. As alunas poderão propor, por exemplo:

Cadernos de avaliação das crianças – Nesses cadernos de avaliação, o(a) professor(a) vai registrando, desde os seus primeiros contatos com as crianças, os aspectos mais significativos do seu desenvolvimento/aprendizagem, resultantes de suas observações durante as atividades cotidianas. Os aspectos a observar e a definição de critérios para essa observação e registro devem ser levantados e discutidos no momento de elaboração do PPP, originando um roteiro, sempre provisório, que deve permanecer aberto à inclusão de outros itens, pois as crianças são diferentes e podem apresentar aspectos que não foram considerados.

Portfólio – O portfólio é um instrumento no qual materializamos a história da criança em todos os aspectos de sua vida. Ele permite registrar sua trajetória e suas realizações. O portfólio registra o percurso individual da criança em determinado período ou durante a realização do projeto de trabalho. Nele, são registrados todos os momentos significativos do trabalho desenvolvido com a criança como: fotografias, entrevistas com os(as) antigos(as) professores(as), pauta de reunião com os pais, relatórios, relatos dos pais, bilhetes, desenhos, pinturas e outras amostras de trabalhos das crianças, com comentários do(a) professor(a), entre outros materiais que julgarmos necessários para registrar o percurso da criança. Elas podem participar da elaboração de portfólio, tendo o(a) professor(a) ou os pais como escribas ou também utilizar outras linguagens, como o desenho.

ATIVIDADE 8

As alunas deverão ressaltar a importância da parceria entre IEI e família, nas ações de cuidar/educar as crianças, para possibilitar, de fato, o desenvolvimento integral das crianças. Para efetivação dessa parceria, as alunas devem apontar a importância de que a IEI e seus profissionais:

- busquem formas de conhecer as famílias das crianças (condições de vida, trabalho, religião, costumes, lazer, expectativas etc);
- criem canais permanentes de participação como colegiados, clubes de mães, associação de pais e professores etc;
- conversem com as famílias sobre as crianças ou busquem meios de trocar informações e impressões sobre as crianças;
- envolvam as famílias nas atividades e projetos de trabalho dos quais as crianças participam.

ATIVIDADE 9

Febre, tosses, diarreia, piolhos, sarna. Em geral as doenças da infância são tratadas com uma alimentação rica em frutas, verduras e medicamentos receitados pelo profissional de saúde. Algumas doenças, como paralisia infantil, sarampo, catapora, tuberculose, varíola, são prevenidas com as vacinas.

ATIVIDADE 10

Para responder a essa questão os alunos precisam considerar a organização dos espaços físicos das IEI. Os principais acidentes que acometem as crianças de zero até 6 anos de idade podem ser prevenidos por meio de medidas simples como: evitar o manuseio, pelas crianças, de objetos e brinquedos pontiagudos; mesas e cadeiras devem ficar distantes das janelas; o acesso à cozinha e aos utensílios deve ser monitorado pelo(a) professor(a); os espaços ao ar livre devem permitir o trânsito seguro das crianças - sem rampas escorregadias e escadas com corrimão.



ESTUDO COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Coleção PROINFANTIL**. Brasília: MEC, SEB, 2006.

CRAIDY, Carmem, KAERCHER, Gladis E. **Educação infantil: para que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

FARIA, Vitória & SALLES, Fátima. **Currículo na Educação Infantil: Diálogo com os demais elementos da Proposta Pedagógica**. São Paulo: Scipione, 2007.

ROSSETI Ferreira, Maria Clotilde *et al.* **Os fazeres da educação infantil**. São Paulo: Cortez, 1998.





ISBN 978-85-99372-71-5



O Curso de Pedagogia UAB UFMG proposto pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais visa à formação inicial de professores para a Educação Infantil e os quatro anos iniciais do Ensino Fundamental. Trata-se de um curso a distância, com momentos presenciais, desenvolvido pela UFMG em parceria com prefeituras de municípios onde foram criados os Pólos Municipais de Apoio Presencial, nos moldes definidos no Edital SEED/MEC no 1/2005, de 16 de dezembro de 2005.

O curso de Pedagogia UAB UFMG tem como referência o curso Veredas – Formação Superior de Professores, oferecido a professores da 1ª à 4ª série do ensino fundamental, em exercício nas redes públicas de Minas Gerais. O curso foi considerado, por educadores e entidades educacionais de renome, como inovador, tanto na concepção de formação de professores quanto na organização e dinâmica de gestão.

O Curso de Pedagogia UAB UFMG foi organizado na forma de um curso de graduação plena, distribuído em oito módulos, com duração prevista de quatro anos. Habilita para o exercício do magistério na educação infantil e nos quatro primeiros anos do ensino fundamental, de acordo com os requisitos contemporâneos para os profissionais da área de educação e as determinações legais vigentes no Brasil.

